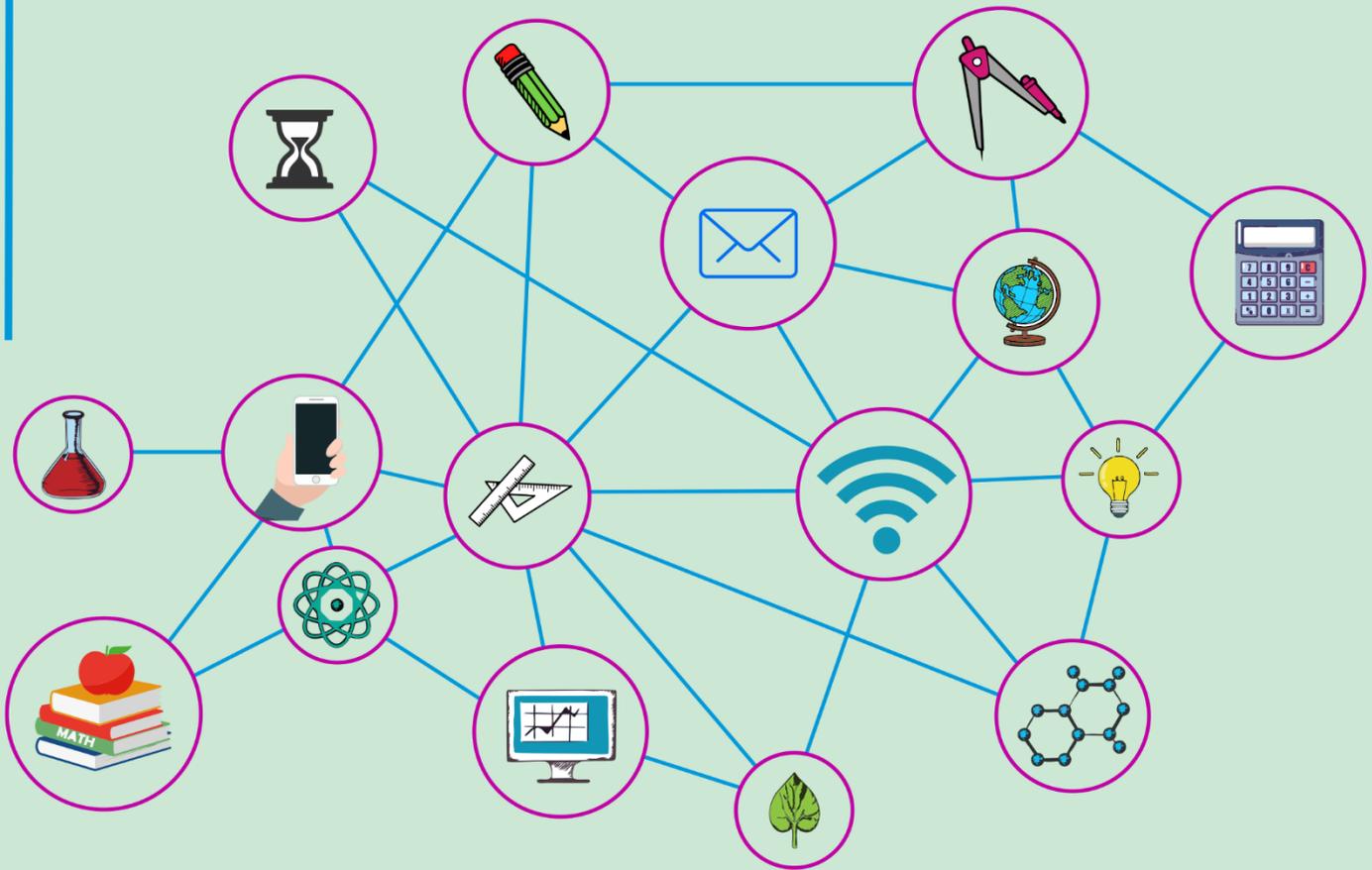


Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde - MT
Secretaria Municipal de Educação

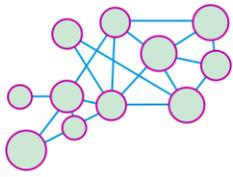


CENTRO DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL DE LUCAS DO RIO VERDE

LUCAS DO RIO VERDE/MT
SETEMBRO, DE 2020

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO





PREFEITO MUNICIPAL

Flori Luiz Binotti

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cleusa Terezinha Marchezan De Marco

SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO

Katia Cantão Mundim

ASSESSORIAS PEDAGÓGICAS

Andrelina F. Soares Scavazini

Deolinda Maria Marques Pereira

Hosana Auxiliadora Teixeira Caetano

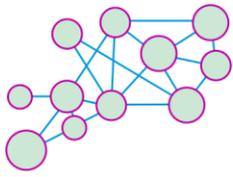
Ione de Fatima de Souza da Silva

João Edson de Sousa

Neide Faixo dos Santos

Silvania Geller





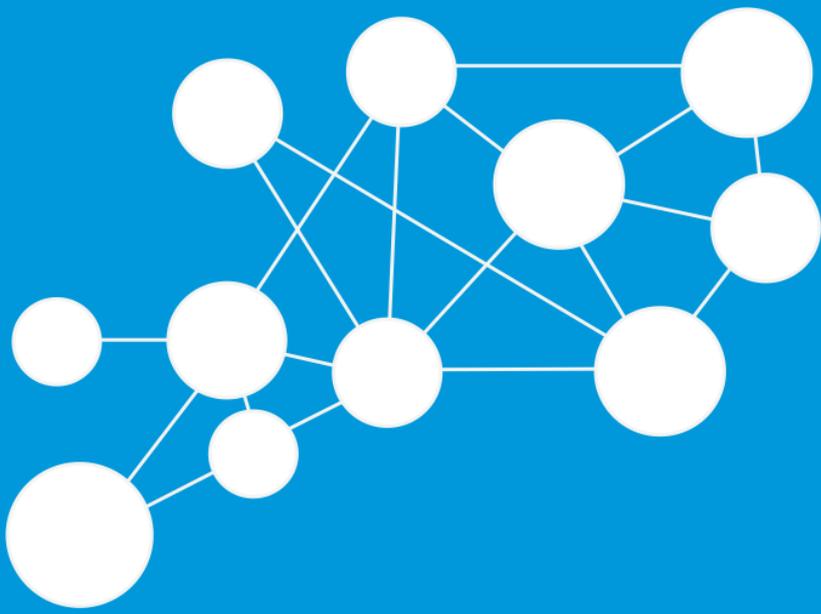
EQUIPE DE FORMAÇÃO

Ângela Maria Sabião Damasio
Eslivaine Severino Barboza Peres
Rosiane Do Rocio Kirschke Correa
Solange Oliveira Santos

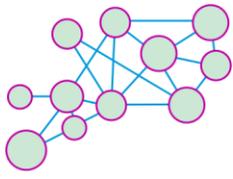
EQUIPE DE TECNOLOGIA

Antônio Marques dos Santos
Dayse Dayane Andrade dos Santos
Euzikelli Carvalho dos Santos
Genivaldo Pereira da Rocha
Marcelo Wagner Verardi
Marcia Bottin Barbosa
Maria Cecília da Silva Lira
Nayane Laura da Silva Santos
Ricardo Cappeler
Ronaldo Aparecido Barbosa





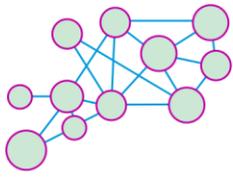
(...) a minha questão não é acabar com a escola, é mudá-la completamente, é radicalmente fazer que nasça dela um novo ser tão atual quanto a tecnologia. Eu continuo lutando no sentido de pôr a escola à altura do seu tempo. E pôr a escola à altura do seu tempo não é soterrá-la, mas refazê-la (FREIRE, 1996)



Sumário

1. APRESENTAÇÃO	6
2. COMPOSIÇÃO DO CENTRO DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL DE LUCAS DO RIO VERDE	10
3. ESTRUTURA DO CENTRO DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL	15
4. CONCEPÇÕES ESTRUTURANTES DO CENTRO DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL	17
5. PRESSUPOSTOS DO CCITE	19
6. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO CCITE	23
7. ATRIBUIÇÕES GERAIS DO CCITE	23
8. LINHAS ESTRUTURANTES DO CCITE	24
9. EIXOS DE ESTRUTURANTES DO CEECIT	26
10. CARACTERIZAÇÕES DAS INSTANCIAS COMPOSITIVAS	27
11. ARQUITETURAS PEDAGÓGICAS DAS INSTANCIAS COMPOSITIVAS	29
12. PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO TECNOLÓGICO MUNICIPAL - CTM/LRV ...	31
13. PROPOSTA PEDAGÓGICA DO IFOP	49
14. POLÍTICAS DE APRENDIZAGEM, INVESTIGAÇÃO E APLICAÇÃO(EXTENSÃO)	70
15. ARQUITETURA DO PROCESSO FORMATIVO	72
REFERÊNCIAS	82





1. APRESENTAÇÃO

Imersos em uma sociedade configurada pelo dinamismo, pela inovação e pelo empreendedorismo, característicos deste tempo histórico, os espaços educacionais passaram a ser reconhecidos como lugares de desenvolvimento de potencialidades e de competências.

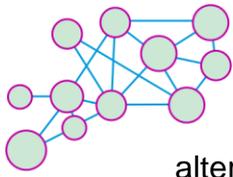
Não mais o local do ensino de conteúdos previamente estruturados, como detalhamento das composições tecnicistas de currículo, mas como organização contextualizada que reflete questões e produções do conhecimento vinculadas a proposição de uma educação para a emancipação a escola tem se constituído e tem abraçado o desafio de construir processos aprendentes, inclusivos e potencializadores de aprendizagens significativas.

Diante desta configuração, todos os espaços formativos, onde a educação se constitui como arte pedagógica, passaram a enfrentar situações diversificadas, como por exemplo, a construção de processos de profissionalização e desenvolvimento das experiências educativas, com destaque para os processos pedagógicos ativos que coexistem nas estruturas metodológicas de ensino em todas as modalidades e níveis educacionais que integram o sistema.

Dos dispositivos que convergem para as teorias do ensino e para as teorias da aprendizagem, as escolas, como estruturas, onde os processos de desenvolvimento dos sujeitos acontecem de forma organizada, são convocadas pela ótica das circulações sociais, culturais e econômicas a visitarem suas formas e os caminhos pedagógicos adotados. Indica-se para tanto, que sejam utilizados como elementos de análise as experiências renovadoras, emancipadoras e ativas presentes no cenário educacional nos mais variados contextos do mundo.

Deriva desta indicação a necessidade de olhar para as instigantes interrogações que circundam a sociedade do conhecimento, refletindo sobre: O que é, de fato, Educação nos dias atuais? Como se constituem os currículos nos espaços educacionais e o que eles propõem enquanto composição de experiências? Quais possibilidades e limites retratam o compromisso da rede municipal, para diante dos desafios de uma sociedade em mutação, garantir e expressar perspectivas de emancipação dos sujeitos que integram os cenários educacionais? É possível conceber um currículo orientador do desenvolvimento de processos educativos como





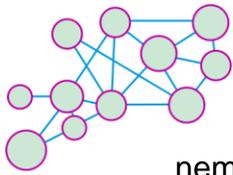
alternativas viáveis no sentido da superação da ordem social vigente? Como fomentar a transversalidade dos saberes e construir pontes e acessos entre os saberes constituídos historicamente e os saberes emergentes em uma sociedade onde a discrepância existe em todas as esferas? Como garantir que os direitos à formação para todos e com ela a equidade, a liberdade, o protagonismo e a interatividade sejam expressões teorizadas e vivenciadas nos fazeres didático metodológicos em todos os níveis da educação básica? Como tornar mais efetivo o desenvolvimento profissional dos servidores da educação do município e, como garantir que a visão holística, defendida mundialmente como condição de humanidade e sobrevivência, sejam suscitadoras de novos modos de construção das relações aprendentes em todas as fases do desenvolvimento e aprendizagem? Como tornar a rede educacional mais potente e transformá-la em espaço/tempo de significâncias de modo que toda a comunidade seja beneficiada com os investimentos da educação? Em quais caminhos sustentar as ações formativas dos profissionais da educação de modo que suas historicidades signifiquem a cultura do pertencimento e categoria responsável pela formação das gerações? Quais caminhos trilhar para a edificação de uma sociedade mais justa, democrática e dialógica e, com ela a consolidação de uma “cidade do conhecimento”? Como respeitar as vozes dos diferentes sujeitos que integram a comunidade e atendê-los enquanto expectativas formativas? De que forma aproximar as urgências educacionais locais com as tendências mundiais de educação?

Perguntas entram em cena e são elas que abrem contextos. Perguntas tocam as realidades e, anunciam decisões que não podem ser postergadas. Perguntas entrecruzam a própria história do município e movem ações de coerência, tanto éticas quanto estéticas e políticas, como percursos de mudança, transposição e significação para novos tempos, onde a harmonia difusora dos saberes se faz urgente e a transitude profissional eloquente.

Perguntas das mais variadas vozes alimentam os cotidianos e como espectro da cidadania abrem aspas para o agora e, fazem dele, a ponte para a organização de novos rizomas educacionais.

Perguntas tiram os adereços e colocam as pessoas em cena, porque são elas que se vestem de hoje e prosperam os amanhã, trazem para o tocante das áreas do saber o enunciado de novos designers para a composição de outros tempos, onde as caixas cênicas e as estruturas compartimentalizadas já não são mais necessárias e





nem possíveis em uma sociedade que anuncia o aprender a aprender, o aprender a conhecer, o aprender a conviver e o aprender a ser como seus pontos cardeais.

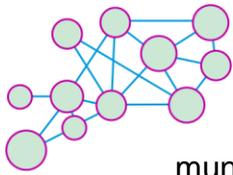
Perguntas nutrem os diálogos entre os atores sociais que integram a realidade educacional de Lucas do Rio Verde e são destinadas a identificar em alguma medida, o “estado da arte de olhar para o lugar e a partir dele” e desta forma identificar persistências, evidências e ações que apoiem a compreensão dos profissionais da educação diante das convocações específicas na área de atuação e ampliem suas possibilidades de acesso, inovação e sucesso.

Perguntas abrem caminhos. Movem pessoas. Requerem diálogo e construção colaborativa. Fomentam e possibilitam mobilizações, dando liberdade de unir conhecimentos gerados a partir de diferentes tradições e campos de investigação. Abrem caminho para novos estudos e contribuem para a prática e promoção de iniciativas de mobilização social para a educação. Perguntas possuem um papel mediador, como anunciado por FREIRE e FAUNDEZ (1985), significam uma ponte entre a pergunta primeira e a realidade concreta. Por suas possibilidades, Freire e Faundez diziam que “O ato de perguntar, ou mesmo a própria pergunta, são princípios de conhecimento. É importante observar que “[...] o valor não está tanto nas respostas porque as respostas são sem dúvida provisórias, assim como as perguntas.

Muitas perguntas deram origem aos percursos trilhados a partir da arte e do “entre-jogo” criativo de perspectivar a existência de um local onde o cuidado para com os processos de inovação, tecnologia, formação e ciência coexistissem em suas estruturas, compreendessem suas diferenças e singularidades e se envolvessem em um propósito comum: guardar na história a ousadia e alicerçar a fluidez de uma educação rizomática, pautada na totalidade e na integralidade do sujeito.

À luz das perguntas partilhadas e de outras silenciadas a construção dialógica foi a tônica deste desenho. Foram meses de estudos, interlocuções, discussões e pesquisas até surgir em meio as prosas, trocas, convergências e diversidades o nascimento oficial do Centro de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional de Lucas do Rio Verde e com ele, este documento, que se constitui nas Diretrizes para uma nova Política de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional, elaboradas a partir de análises do contexto local, das lições aprendidas com as ações já implementadas no





município e das expectativas futuristas responsáveis pela transformação da sociedade e pela garantia dos direitos previstos na Constituição Federal.

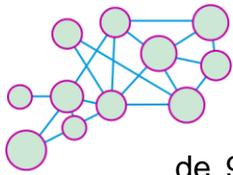
O espírito que norteou a construção do Centro de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional de Lucas do Rio Verde para a elaboração deste documento foi de co-criação, colaboração, cooperação, co-responsabilidade, versatilidade e profissionalidade. Hannah Arendt (Lafer, 1979) dizia que tudo pode eventualmente funcionar e principalmente pode funcionar para diferentes objetivos, nem todos eticamente defensáveis. Daí a preocupação em definir mecanismos de legitimação nos processos de construção coletiva, com a proposição de um horizonte ético e de objetivos e/ou atividades definidos de forma participativa, o que fez, com que este movimento não atendesse especificidades de um campo, mas as relações aprendentes em respeito a pluralidade de possibilidades.

Como a edificação se tratou de uma ação coletiva espera-se que o documento subsidie o exercício da política de ciência, inovação e tecnologia educacional e que consiga promover interdisciplinaridade, qualidade, equidade e contemporaneidade na educação do município, contribuindo para a efetividade e a melhoria das experiências formativas de todos os integrantes da educação municipal, iniciando obviamente, pela formação dos profissionais que nela atuam. Abre-se aqui, um parêntese para destacar a importante mobilização dos profissionais envolvidos nesta construção, o pertencimento e a profissionalidade com que dedicaram esforços, atenções e saberes, convocando vontades na atuação e na busca de objetivos comuns, sob o caminho da interpretação e do sentido compartilhado. Como afirma Toro: “por ser uma convocação, é um ato de liberdade; por ser uma convocação de vontades, é um ato de paixão e, pelo propósito comum, é um ato público de participação (Toro, 2001).

Outro destaque e pertinência social faz com que esta produção responda ao grande movimento educacional ocorrido no bojo da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia, que representou um marco no debate internacional sobre educação e que dele resultou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que definiu objetivos globais, focados na educação básica.

Essa declaração apresentou vários aspectos inovadores chamando a responsabilidade da sociedade para com seus contextos e sujeitos. Entendendo que,





de 90 para cá muito tivemos o município experimentou forma diferentes de fazer gestão e que, hoje, o compromisso é fazer com todos, por todos e por cada um, assumimos com mais este empreendimento a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos e neste sentido o entendimento, a clareza e o lema de que se almejamos ter educação para todos, temos de ter todos pela educação.

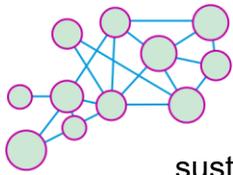
2. COMPOSIÇÃO DO CENTRO DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL DE LUCAS DO RIO VERDE

[...] não há como deixar de considerar que a contextualização das práticas pedagógicas é muito importante. Isso porque não se pode ter uma visão ingênua de que o professor participa da mudança quando não se considera a realidade em que está inserido (SETTE et al., 1999, p. 15).

A inovação e a tecnologia tiveram, nos últimos anos, papel decisivo no avanço de vários aspectos e segmentos da sociedade, contribuindo para transformações que promoveram qualidade e acesso a bens, processos e serviços. Aliadas as práticas pedagógicas os dois campos, da inovação por meio das ideias e, da tecnologia por meio de técnicas, equipamentos, designers e acessos, vários debates foram marcando a compreensão de que educação é um direito e o acesso a ela deve ser garantido.

Neste sentido, tanto por meio do impacto destas transformações na educação, como também da abertura para além delas, os espaços educativos ressignificaram seus serviços, desde a forma de acolhimento até o acompanhamento daqueles que historicamente integraram os processos de ensino e, com o tempo necessitaram da continuidade em outros níveis não atendidos pela dinâmica da rede municipal de Lucas do Rio Verde, fazendo com que a defesa de que “A educação é um bem público, um direito humano fundamental e uma base para garantir a realização de outros direitos, essencial para a paz, a tolerância, a realização humana e o desenvolvimento





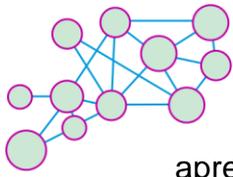
sustentável” (Declaração de Incheon de Educação 2030, 2015), se constituísse um eixo norteador das várias ações produzidas pelos coletivos que integram o sistema educacional da/na realidade.

O compromisso de implementar políticas de acesso e uso das tecnologias nas práticas educativas, no fomento do ensino, da pesquisa, da inovação, do empreendedorismo, dos valores de humanização, da visão sistêmica, do fazer ciência e da responsabilidade social, ética e sustentável diante das caracterizações da realidade colocou todos os cenários escolares diante de um novo paradigma da educação, no qual Behrens (2010) defende por meio da superação da fragmentação e da reprodução do conhecimento, como a única forma de ultrapassar a abordagem conservadora da educação, sendo a adoção de uma ação pedagógica que leve à produção do conhecimento ao alcance de todos e que se estabeleça de forma participativa e democrática, como defende o plano de trabalho da atual Secretaria de Educação do Município “uma aliança entre os pressupostos da visão sistêmica, da abordagem progressista e do ensino com pesquisa, instrumentalizada pela tecnologia inovadora”. Behrens (2010, p. 57)

Segundo Behrens (2010, p. 71), “*O docente inovador precisa ser criativo, articulador e, principalmente, parceiro de seus alunos no processo de aprendizagem*”. O autor é uma das expressões mais atuante e conceituadas neste temário e construtor de teorizações que marcaram a história deste enfrentamento conceitual e aplicável no mundo todo, principalmente porque defende a “*necessidade imediata da ruptura do paradigma conservador, ou seja, do pensamento newtoniano-cartesiano, que divide o conhecimento em disciplinas isoladas e sugere a prática de uma abordagem que propicie a produção do conhecimento*”. Behrens (2010, p. 73).

A partir desta visão e, com os efeitos de uma crise mundial, tomada pela Covid-19, os modos de assumir as continuidades político pedagógicas da rede educacional e perfilar as dinâmicas escolares comprometidas com a garantia de acesso e desenvolvimento das experiências escolares produziram, de forma mais acelerada a entrega de designers pedagógicos. As produções comunicadas se constituíram leitura e ponto de referência para a construção deste documento, que apresenta à baila de seus fragmentos a inovação e a tecnologia como vetores para o desenvolvimento da sociedade e de sua totalidade, implicadas obviamente na cultura digital, que permeia diferentes esferas da realidade, causando profundas transformações na





aprendizagem, no formato do trabalho, na dinâmica dos relacionamentos sociais e, na mobilização de formas aprendentes para ser e estar no mundo e com ele participar de suas transformações, contribuindo efetivamente para os propósitos enunciados nos artigos 205 e 206 da Constituição de 1988:

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

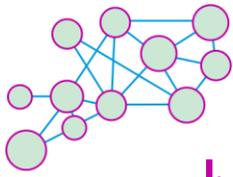
Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI. gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII. garantia de padrão de qualidade.

Para a edificação desta produção foi necessário o apoio de Torres, evidenciando sua afirmativa que defende a importância de “olhar a educação mais além do escolar e setorial, colocando a aprendizagem no centro, avançando em uma visão sistêmica, que recupere os vínculos entre política econômica, social e educativa, e revisando o modelo de cooperação internacional para o desenvolvimento (Torres, 2007)”.

Para isso, foi necessário pisar com muita inteireza no universo educacional. Olhar de lá. De onde se fala e entender o que é falado. Reconhecer as necessidades, potências e urgências e projetar expectativas e ações com foco na inovação, na ciência e na tecnologia para melhorar exponencialmente os serviços prestados à comunidade e novamente com os filtros produzidos po (Torres, 2019), compreender a relevância de alguns pressupostos:



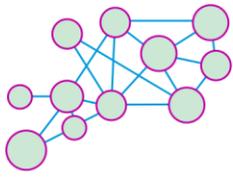


- I.** A educação não se limita à educação escolar, nem os aprendizados necessários para a vida, o trabalho, a participação e a cidadania plena podem limitar-se a um período determinado da vida de uma pessoa.
- II.** O aprendizado se inicia com o nascimento e se estende por toda a vida, tem início em casa, antecede e excede a escola e envolve um amplo conjunto de instituições, modalidades, relações e práticas.
- III.** A educação, a comunidade educativa e a política educativa são muito mais amplas, respectivamente, que a educação escolar, a comunidade escolar e a política escolar.
- IV.** A sociedade civil é uma realidade heterogênea e complexa, formada por amplo mosaico de organizações, nas quais se expressam múltiplas visões, interesses e conflitos.
- V.** A participação, para ser instrumento de desenvolvimento, empoderamento e igualdade social, deve ser significativa e autêntica, envolver todos os atores, reconhecer o papel de cada um e relacioná-los uns aos outros e abranger os diversos âmbitos e dimensões da educação: desde a sala de aula até a política de educação, considerando aspectos administrativos e também aqueles relacionados a ensinamentos e aprendizagens, nos níveis local, nacional e global.

Conectados com estes pressupostos esta política se funda a partir da relação dialógica entre quatro células, aqui representadas, pela constituição de suas identidades e ilustrações pedagógicas. As células que fazem parte do Centro de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional de Lucas do Rio Verde na construção das Políticas Municipais de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional são: o Instituto de Formação e Orientação Profissional (IFOP), o Centro Tecnológico Municipal (CTM), a Incubadora de Projetos Municipais _ INNOVA LUCAS e a Sala MAKER.

O IFOP é o instituto responsável pela construção das experiências formativas dos profissionais da rede pautadas nas políticas de formação dos educadores e no desenvolvimento das ações de ensino, de pesquisa e extensão vinculadas as realidades e demandas que caracterizam os cenários escolares.





O CTM é responsável pelas ações de criação e dinamização de procedimentos metodológicos tecnológicos que asseguram os processos pedagógicos de inclusão digital na rede municipal.

A INNOVA LUCAS é o espaço de planejamento e construção efetiva de experiências relacionadas ao empreendedorismo e a inovação de projetos pessoais, grupais, sociais e empresariais atendendo as demandas originárias de projetos de aprendizagens realizados nos contextos escolares.

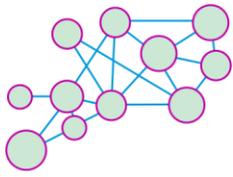
A Sala MAKER se constitui em um espaço idealizado ao aprender, explorar, fazer, criar e co-criar novas soluções, experimentar, realizar experiências em um ambiente que representa o mundo real, para além da sala de aula, pensando no que se pode articular e produzir a partir dele, com a finalidade de estimular a criação de novas soluções, ferramentas e tecnologias, permitindo que os estudantes consigam explorar a curiosidade, criatividade e confiança.

As quatro células, ao construírem práticas e exercícios vivenciais das Políticas de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional, tornam-se cientes, defensoras e guardiãs dos pressupostos aqui elencados, inclusive do compromisso ético para com o uso do mesmo espaço físico e dos objetivos que estruturam a lógica do percurso até aqui construído e, de seus encorajamentos metodológicos que, com o viver das experiências, carecem novas estruturas, avanços e reconexões.

O CCITE se consolida com este documento no nexo geográfico para o qual convergem as produções, identificações, discussões e busca de soluções para as situações demandadas pela comunidade, regando sim os fazeres, mas legitimando a prática de um círculo virtuoso de confiança, solidariedade e reciprocidade, que não exclua a existência dos conflitos e divergências porque estas são também formas que ajudam na construção das ações.

Com o compromisso de oferecer a as munícipes múltiplas oportunidades de aprendizagem à luz de abordagens pedagógicas inovadoras, pautadas na ciência e desenvolvidas através de processos inovadores e do uso das tecnologias, os profissionais que atuam no centro celebram este documento como um passo na história do município de Lucas do Rio Verde e com ele, a democratização dos saberes, dos fazeres e, dos repertórios aprendentes, tendo a clareza de que as ações precisam desencadear:





3. ESTRUTURA DO CENTRO DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL

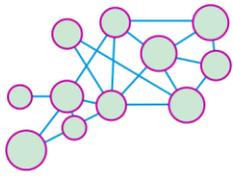
“Organizar não é mudar o mundo, nem mudar o que as pessoas pensam sobre o mundo, é construir a conexão entre esses dois propósitos” (Ganz, 2009).

“A organização é baseada em relacionamentos e na criação de compromissos mútuos para trabalhar juntos. É o processo de associação — não apenas de agregação — que torna um todo maior que a soma de suas partes”. (Ganz, 2009).

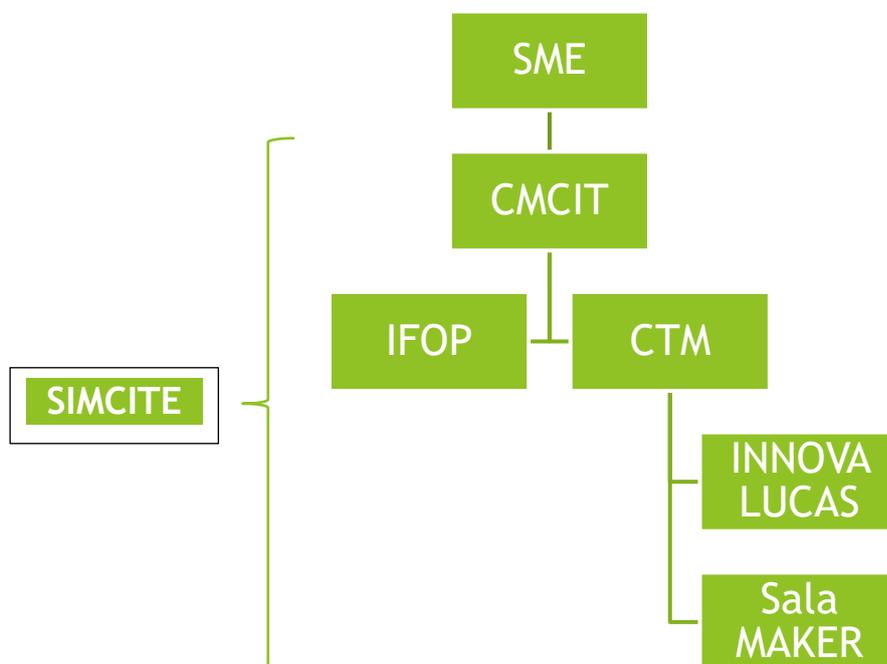
A organização administrativa e pedagógica do Centro Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional de Lucas do Rio Verde, através da Política Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional legitima as ações das instâncias que constituem o centro fortalecendo práticas autônomas, inovadoras, de qualidade, transparência e responsabilidade social. Para a efetividade da organização Ganz, defende que organizar *“é o primeiro propósito no processo da ação coletiva e aquele que viabiliza, depois, desde a definição dos objetivos até o alcance dos resultados”*.

“Organizar é uma prática, uma maneira de fazer as coisas. É como aprender a andar de bicicleta. Não importa quantos livros você leia sobre andar de bicicleta, eles são de pouca utilidade quando se trata de andar de bicicleta” (Ganz, 2009).



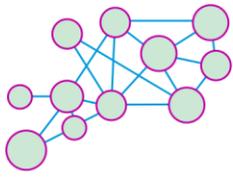


Para a execução destas ações, a estrutura do centro compreende uma composição tecida por servidores da rede municipal. Estes servidores públicos reverberam em suas instâncias de trabalho o compromisso de fluir suas profissões respeitando o organograma da instituição, compondo como defendido por Jasper, uma “forma de organização, flexível, descentralizada e democrática”, refletindo em um ambiente político e cultural mais amplo e ao mesmo tempo no modelamento, na longevidade e no impacto do CCITE como um movimento educacional transformador na realidade de Lucas do Rio Verde.



A efetividade dos trabalhos no CCITE podem trazer grandes benefícios à educação em relação a diversos aspectos, sendo imprescindível para a efetividade dos pressupostos definidores das ações a promoção de um ambiente institucional que incorpore e que produza inovações educacionais, utilizando as tecnologias existentes, as produções e teorizações de referência na rede de forma mais efetiva possível, produzindo métodos, processos e recursos para uma educação com mais equidade, qualidade e de excelência.





O organograma do CCITE não concentra poder, mas distribui, assim como as responsabilidades, abraçando o desafio de criar e manter as conexões de modo a estabelecer um sentido comum de compromisso com os resultados (Toro, 2001; e Ganz, 2009).

O modelo desenhado defende, acima de tudo, a habilitação de todos os seus integrantes. A força do CCITE como um movimento decorre sempre de sua capacidade e compromisso de ter, em suas células o desenvolvimento da liderança onde todos são responsáveis por identificar, recrutar e desenvolver mais líderes. Líderes desenvolvem outros líderes que, por sua vez, desenvolvem outros líderes e assim por diante. Uma estrutura de liderança ativa, participativa, receptiva, aberta e que cria uma organização que se fortalece por meio do desenvolvimento colaborativo. As equipes de liderança estruturada incentivam a estabilidade, a motivação, a criatividade e a responsabilidade, e usam o tempo, as habilidades e os esforços dos voluntários de maneira eficaz (Ganz, 2009).

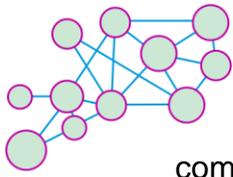
4. CONCEPÇÕES ESTRUTURANTES DO CENTRO DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL

O Centro de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional de Lucas do Rio Verde, como organização que agrega quatro instâncias colaborativas e estratégicas na construção de novas realidades tem como foco as prioridades relacionadas a formação dos educadores e por conseguinte dos grupos a estes vinculados.

As concepções de sujeito, sociedade, tecnologia, processos educacionais, princípios sociais, artefatos culturais, tempo e espaço foram elementos importantes para a efetividade deste documento e pulverizaram sobre o papel imprescindível de todos os integrantes na construção, no desempenho, na educação e na implementação desta política, como caminho coerente e articulado com resultados qualificados por meio de instrumentos reconhecedores das trajetórias.

Com a concepção clara de que inovação e tecnologia na educação estão integradas às demais macro políticas e estratégias da gestão municipal, os integrantes do CCITE, localizados nas estruturas de suas respectivas células, precisam



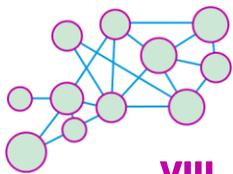


compreender que é essencial a partir desta política definir planos de ações contendo objetivos, prioridades e metas para serem atendidos em determinado período, continuamente revisitados, avaliados e integrados, originando novos planos a partir dos avanços obtidos, gerando com eles alternativas para a transformação da educação na rede municipal e, por conseguinte na cultura local.

Para a construção dos planos de ação que fundamentam cada célula, é imprescindível ter clareza dos objetivos delineados no documento público intitulado “Política Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional – PMCITE” e de seu compromisso para com os seguintes objetivos:

- I.** Viabilizar estudos sobre infraestrutura (mapeamento dos meios) e perfil tecnológico dos profissionais nas escolas municipais que compõem o Sistema Municipal de Educação;
- II.** Desenvolver processos de gestão, produção e disseminação de conhecimentos e pratica relacionadas aos compositivos didático-pedagógicos na Educação Básica.
- III.** Contribuir para a elaboração, formulação e planificação de intencionalidades educacionais, a partir de um trabalho interdisciplinar, inovador, sustentável e de excelência.
- IV.** Promover avaliação, planejamento, organização e a formação dos profissionais da educação, bem como o estabelecimento de metodologias e técnicas inovadoras a serem implantadas pelos professores na prática docente;
- V.** Fomentar ações inovadoras relativas ao uso das tecnologias sociais como estratégias para a formação dos diferentes perfis aprendentes do século XXI;
- VI.** Implantar modelos de aulas interativas que aproximem o contexto escolar e a base nacional comum curricular, por meio do exercício de aplicabilidade do Documento de Referência Curricular de Lucas do Rio Verde – DRC/LRV disponibilizando-as aos professores e alunos;
- VII.** Promover o uso das Tecnologias Sociais Digitais (TECSDIG), visando fomentar processos de inovação por meio de realidade estendida e salas de aulas invertidas, que propiciem melhoria, ampliação e democratização do acesso às informações e a produção do conhecimento por meio dos serviços oferecidos pelos professores em suas respectivas unidades escolares (campo e cidade);





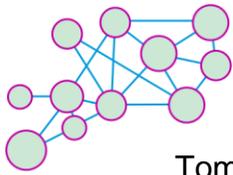
- VIII.** Promover a utilização das tecnologias educacionais como bens e serviços sociais que, de forma racional, potencializem a busca por uma escola que atenda seu contexto e nela uma educação sustentável do século XXI;
- IX.** Contribuir para o diálogo da Secretaria Municipal de Educação com a sociedade através da produção dos próprios conteúdos midiáticos, além de ampliar o acesso do público aos conhecimentos por ela produzidos.
- X.** Apoiar a universalização do acesso à internet através do uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.
- XI.** Gerar possibilidades de mediação de saberes junto aos educadores por intermédio das tecnologias.
- XII.** Potencializar a aprendizagem tecnológica e o uso dela nas novas realidades.
- XIII.** Desenvolver pesquisa sobre infraestrutura e traçar perfil tecnológico dos profissionais da educação do município de Lucas do Rio Verde;
- XIV.** Propor ações que possibilitem por meio da formação continuada, em tecnologia educacional, a gestão e a inovação por meio do uso dos recursos tecnológicos disponíveis nas escolas;
- XV.** Propor a aquisição de aplicativos educacionais e de inclusão digital;
- XVI.** Incentivar a inclusão digital dos educandos da Rede Municipal de Ensino.
- XVII.** Fomentar o desenvolvimento e a disseminação de recursos educacionais digitais.

Os objetivos reúnem-se ao desenho de uma vigência flexível e ao redirecionamento de ações e estratégias que fecundam a construção de uma política municipal como um processo complexo que demanda intenso trabalho técnico de leitura e análise da realidade e a definição de intencionalidades, metas e ações estratégicas.

5. PRESSUPOSTOS DO CCITE

A construção deste caminho revisitou o já conhecido movimento de Delors (2010), quando propõe os quatro pilares para uma educação comprometida com o século XXI.



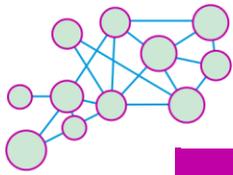


Tomamos esses pilares porque eles aglutinam ideias sobre aprendizagem com uso das tecnologias e possibilitam a compreensão da ciência como campo propulsor de investigação e inovação e, com ela a potencialidade dos processos instituídos em cada célula no sentido de:

- a)** Aprender a conhecer _ construção de conhecimento referente à cultura geral. “Essa cultura geral constitui, de algum modo, o passaporte para uma educação permanente, à medida que fornece o gosto, assim como as bases, para aprender ao longo da vida” (DELORS, 2010, p. 13).
- b)** Aprender a fazer _ está relacionado aos procedimentos que utilizam dos conhecimentos adquiridos como: “Uma competência que torne o indivíduo apto para enfrentar numerosas situações, algumas das quais são imprevisíveis, além de facilitar o trabalho em equipe que, atualmente, é uma dimensão negligenciada pelos métodos de ensino. Essa competência e essas qualificações tornam-se, em numerosos casos, mais acessíveis, se os alunos e os estudantes têm a possibilidade de se submeter a testes e de se enriquecer, tomando parte em atividades profissionais ou sociais, simultaneamente aos estudos” (DELORS, 2010, p. 13).
- c)** Aprender a conviver _ é uma dimensão que está relacionada ao trabalho em equipe, as relações interpessoais, aceitação da diversidade, a participação em projetos de trabalho, ao respeito aos outros, a cooperação, colaboração, ao compartilhamento das ideias. “O conhecimento a respeito dos outros, de sua história, tradições e espiritualidade. E a partir daí, criar um novo espírito que, graças precisamente a essa percepção de nossa crescente interdependência, graças a uma análise compartilhada dos riscos e desafios do futuro, conduza à realização de projetos comuns ou, então, a uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos [...]” (DELORS, 2010, p. 13).
- d)** Aprender a ser _ esta dimensão diz respeito “incrementar nossa capacidade de autonomia e de discernimento, acompanhada pela consolidação da responsabilidade pessoal na realização de um destino coletivo” (DELORS, 2010, p. 13)

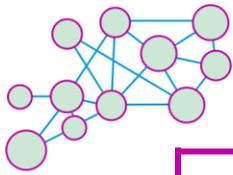
Com estes pressupostos este documento, ilustrado nos trabalhos dos atores que integram as células dialógicas do CCITE apresenta como ações coletivas:





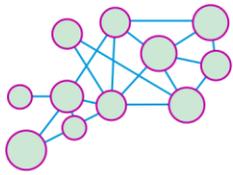
AÇÃO	CARACTERIZAÇÃO
Processos formativos	Qualificação de educadores com vistas na atuação profissional nos diversos setores da Educação Básica. Consolidação e fortalecimento dos arranjos pedagógicos, sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades e das fragilidades da rede municipal de educação
Educação profissional e tecnológica	Processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas de acordo com as especificidades das demandas sociais e peculiaridades da rede municipal.
Programas de extensão	Promoção científica, criativa, tecnológica e educacional;
Ações formativas de ciências aplicadas	Desenvolvimento de espírito crítico, da investigação da realidade pedagógica e da criação de alternativas para a melhoria da qualidade da aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens.
Integração entre as células	Otimizar a infraestrutura física e os recursos de gestão. Estímulo a pesquisa aplicada, a produção cultural, ao empreendedorismo e a defesa dos princípios ético/estéticos e políticos da educação municipal e o desenvolvimento científico e tecnológico;
Qualificação do Centro	Formações específicas como capacitação técnica e atualização pedagógica aos profissionais da rede pública de ensino.
Transferência de tecnologias sociais	Preservação do meio ambiente, a promoção da cultura e a emancipação das formas de aprender, como indicação de Delors (Quatro Pilares).
Criação de mecanismos eficazes de trabalho	Efetividade das práticas de curadoria, aquisição, manutenção e difusão de conteúdos e recursos educacionais vinculados ao currículo.
Consolidação do CCITE	Processos de acolhimento, mediação e atendimento aos educadores e comunidade em situações relacionadas a questões didático-pedagógicas, de acessibilidade e diversidade. Espaço destinado a estudos e proposição de atividades/experiências de formação continuada para os





	<p>educadores, sob a perspectiva empreendedora, pesquisadora e reflexiva.</p> <p>Espaço de apoio aos debates educacionais e implantação de ações pedagógicas de cunho social, midiático e metodológico.</p>
Articulação de ações formativas	Potencialização da trajetória profissional dos educadores.
Fomento de pesquisa e produção	Desenvolvimento de pesquisa e produção dos variados usos e dimensões das Tecnologias, das Inovações, das Ciências e das Comunicações (sociocultural, política, educacional, técnica e instrumental).
Desenvolvimento de projetos	Produção e o uso de mídia e de tecnologias com fins educacionais e sociais.
Estudos aplicáveis	<p>Desenvolvimento de pesquisas acerca das tecnologias em cenários educacionais formais numa perspectiva inclusiva.</p> <p>Desenvolvimento de estudos, publicando artigos e realizando eventos no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação na educação</p>
Acervo multimídia	Desenvolvimento do respeito ao acesso, uso e reuso de bens educacionais comuns, contribuindo para a inovação das práticas pedagógicas no uso de recursos tecnológicos digitais.
Espaço de diálogo e compartilhamento de ideias, informações, projetos	Aproximação maior entre a SEMEC e a escola, criando pontes de conhecimento.
Laboratório de História e Memória da Educação	Desenvolvimento de práticas de armazenar, preservar e disponibilizar na internet acervos para pesquisas históricas, visando contribuir com a produção do conhecimento no campo da História da Educação Municipal.
Oficinas temáticas	<p>Utilizar os recursos tecnológicos já disponíveis, assim como, a produção de material didático multimodal.</p> <p>Realizar oficinas de acordo com as especificidades e caracterizações da demanda.</p>





Com estas ações o CCITE marcha para o reconhecimento como um espaço de experimentação teórico-metodológica e didático-pedagógica, através da realização de um trabalho colaborativo num movimento de integração dos diversos espaços formativos (células) e dos sujeitos que destes fazem parte.

6. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO CCITE

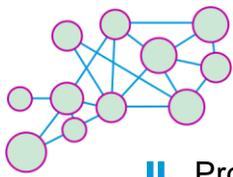
- I. Equidade de condições entre as escolas públicas da Educação Básica para uso pedagógico da tecnologia.
- II. Promoção do acesso à inovação e tecnologia em escolas situadas em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica e baixo desempenho em indicadores educacionais.
- III. Autonomia nos percursos ativos subsidiados pelos documentos de referência da educação municipal.
- IV. Estímulo ao protagonismo.
- V. Acesso à internet com qualidade e velocidade compatíveis com as necessidades de uso pedagógico.
- VI. Acesso a recursos educacionais digitais de qualidade.
- VII. Incentivo à formação de todos os educadores (todas as funções) em práticas pedagógicas com tecnologia e para uso de tecnologia.

7. ATRIBUIÇÕES GERAIS DO CCITE

O CCITE tem como compromisso apoiar de forma técnica às escolas e às redes de Educação Básica para a elaboração de diagnósticos e planos locais para a inclusão da inovação e da tecnologia na prática pedagógica das escolas e neste sentido tem como atribuição:

- I. Incentivar e colaborar com as escolas para a inserção da tecnologia de informação e comunicação no seu Projeto Político Pedagógico.





- II. Promover ações e eventos de formação continuada de educadores para uso e compartilhamento de práticas pedagógicas envolvendo as tecnologias digitais de comunicação e informação, visando qualidade e eficiência.
- III. Desenvolver atividades de formação que privilegiem a aprendizagem colaborativa, cooperativa e autônoma.
- IV. Possibilitar aos educadores de diferentes cenários/realidades a oportunidade de intercomunicação e interação com especialistas, favorecendo a cultura de educação a distância, das experiências híbridas e de outros designers que correspondam a relação necessidades/possibilidades locais.
- V. Articular ações e eventos de formação que favoreçam a preparação de educadores para uso dos recursos tecnológicos de forma autônoma e independente, possibilitando a inclusão dos artefatos tecnológicos à experiência profissional de cada um, visando a transformação das práticas pedagógicas.
- VI. Acompanhar *in loco* os processos relacionados à inserção e inclusão dos TDICs instaurado nas escolas.
- VII. Avaliar *in loco* os processos relacionados à inserção e inclusão dos TDICs instaurado nas escolas.

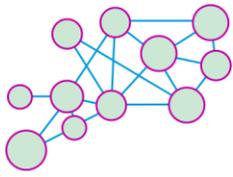
8. LINHAS ESTRUTURANTES DO CCITE

A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) “são, no cenário mundial contemporâneo, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades” (PACTI, 2007, p. 29) e no cenário municipal contemplam uma dinâmica processual que assegure:

A) Educador Conectado:

Desenvolvimento de programas de formação continuada para docentes que atuam na rede municipal, numa perspectiva de utilização dos dispositivos tecnológicos nas escolas.





B) Educador Pesquisador:

Desenvolvimento de programas de formação continuada para educadores que atuam na rede municipal, numa perspectiva de experiências metodológicas que aproximem as teorizações das ações cotidianas, consolidando em cada contexto formativo a práxis e com ela a transformação na/da aprendizagem.

C) Educador Inovador/empreendedor:

Desenvolvimento de programas de formação continuada para docentes que atuam na rede municipal, numa perspectiva de desenvolvimento de projetos educacionais inovadores e empreendedores, com foco no protagonismo da criança e nos processos criativos.

D) Educador@:

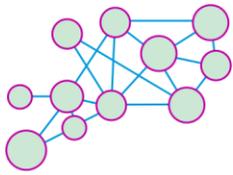
Desenvolvimento de programas de formação continuada para educadores que atuam na rede municipal, numa perspectiva de utilização dos dispositivos tecnológicos nas escolas e do uso das pedagogias alternativas para produzir coletivamente e constituir autorias no mundo da conectividade.

E) Educador multiplicador:

Desenvolvimento de programas de formação continuada para educadores que atuam na rede municipal com foco no desenvolvimento das competências relacionadas a mobilização social e ao protagonismo dos profissionais da educação no contexto das comunidades.

Com estas cinco linhas de formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos pedagógicos requeridos para as composições educacionais defende-se o compromisso com o desenvolvimento integral do educador, a articulação de sua experiência com a prática de uma dinâmica processual inovadora, por meio da combinação de ciência, tecnologia, humanidade, inovação e educação profissional.





As linhas podem ser difundidas nas diferentes modalidades formativas, sendo: presencial, semipresencial e a distância. As presenciais ocorrem no CCITE. As formações a distância são desenvolvidas em ambiente virtual (moodle). Já as semipresenciais mesclam encontros no espaço do CCITE e/ou escolas com atividades pela internet.

É importante destacar que formações não presenciais favorecem atividades nas quais professores (formadores e em formação) podem ser tutores, autores, facilitadores ou mediadores. Podem também acompanhar e avaliar individualmente ou de forma coletiva os participantes.

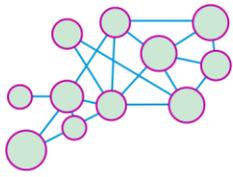
9. EIXOS DE ESTRUTURANTES DO CEECIT

Com foco na promoção de avanços e desenvolvimento educacional de Lucas do Rio Verde, nas dimensões tecnológica, científica, pedagógica, cultural e social, por meio de um processo inclusivo, inovador e conectado com as demandas atuais e com as tendências que evocam ações escolares mais participativas, democráticas e de autoria o Centro de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional tem, nas vozes de Araújo e Silva (2009, p. 329) a compreensão de *“que uma formação continuada eficaz é aquela que possibilita uma aprendizagem que conduza a uma mudança na prática educativa”*. Para estes autores, a mudança é “um processo de aprendizagem relacionado diretamente ao desenvolvimento profissional do professor” e neste sentido apoiam a organização cotidiana do CCITE na estruturação de sua composição teórica e de seus eixos de atuação.

Quanto a dinâmica do CEECIT, vale destacar que não é exclusiva ao campo da docência, mas, de todos os profissionais que, contribuem de uma maneira ou outra para o desenvolvimento das ações educacionais no município. No CCITE os eixos estruturantes das práticas são:

- a) Formação de recursos humanos.
- b) Fortalecimento da pesquisa.
- c) Desenvolvimento científico e tecnológico.
- d) Promoção da inovação das práticas pedagógicas.
- e) Uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica.





- f)** Promoção da cidadania.
- g)** Melhoria da qualidade da educação.
- h)** Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica.
- i)** Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.
- j)** Desenvolvimento de ações empreendedoras e de fomento da amplitude de áreas de atuação para os estudantes da rede.
- k)** Fortalecimento de ações interdisciplinares e potencialização de ações sociais, produzidas nas diversas dimensões que caracterizam a realidade do município.

Todos estes eixos se entrecruzam e precisam assegurar duas direções. A primeira, se refere a determinação das condições que permitem a adoção de tecnologia, disponibilizando equipamentos e conectividade, formação aos profissionais e suporte técnico e pedagógico, produção e distribuição de materiais de aprendizagem digital.

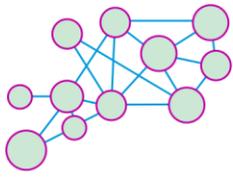
A segunda, tendo como premissa a instrumentalização e apoio as escolas e educadores para a geração de inovações no âmbito do contexto escolar, fornecendo diferentes formas de incentivo e subsídio para o desenvolvimento de pesquisas e inovações educacionais.

Para a efetividade destas duas dimensões, o CCITE estimula o desenvolvimento da inovação, o uso da tecnologia e a significação da ciência como elementos transformadores da educação, promovendo equidade, qualidade, contemporaneidade e responsabilidade para com os serviços prestados as comunidades que integram a realidade de Lucas do Rio Verde.

10. CARACTERIZAÇÕES DAS INSTANCIAS COMPOSITIVAS

IFOP _ “Os motivos, as motivações do professorado, têm sido um capítulo ausente da formação de professores e da investigação sobre a formação de professores” (SACRISTÁN, 2005, p. 86)





- a) Processo de aprendizagem relacionado diretamente ao desenvolvimento profissional do educador.
- b) Construção de espaços (físicos e virtuais) que proporcionem aos educadores momentos de reflexão sobre sua própria prática e a socialização dos saberes experienciais com os colegas de profissão, onde esteja presente nestes espaços a motivação docente.

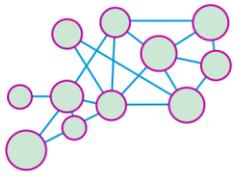
IPM – *‘Pode ser usada para empoderar percepções e memórias, mas também para libertar seu pensamento no uso e na construção da criatividade, do virtual, na ampliação e no desenvolvimento do juízo lógico e da consciência’* das pessoas (FAGUNDES, 2010, p. 2).

- a) O educador ou o estudante podem empoderar-se dos conhecimentos construídos historicamente, mas também é concebido como um ser ativo, capaz de produzir novos conhecimentos e empreender, protagonizando seus projetos de vida, como competências indicadas no (DRC/LRV).
- b) Fortalecimento da relação com a comunidade.
- c) Referencia na produção de ações que efetivam a criação de novas oportunidades de trabalho, de pesquisa e de produção do conhecimento.

CTM _ Tecnologias digitais como *“aquelas que estão vinculadas ao uso do computador, à informática, à telemática e à educação a distância”* (MASETTO,2010)

- a) Implantação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito educacional, no acesso à internet e na formação dos educadores.
- b) Formação dos profissionais e apropriação do conhecimento sobre a integração das mídias.
- c) Orientação no planejamento de videoaulas, ambientes de aprendizagem, formação de equipes e cursos à distância.
- d) Uso dos recursos e linguagens digitais disponíveis e que podem colaborar significativamente para que o entendimento da [...] a





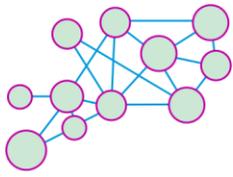
tecnologia apresenta-se como meio, como instrumento para colaborar no desenvolvimento do processo de aprendizagem. A tecnologia reveste-se de um valor relativo e dependente desse processo. Ela tem sua importância apenas como instrumento significativo para favorecer a aprendizagem de alguém (MASETTO, 2010, p. 139).

11. ARQUITETURAS PEDAGÓGICAS DAS INSTÂNCIAS COMPOSITIVAS

As produções dos planos de cada célula levam em consideração as seguintes posições:

- I. [...] a verdadeira integração da tecnologia somente acontecerá quando o professor vivenciar o processo e quando a tecnologia representar um meio importante para a aprendizagem. Falamos em integração para distinguir de inserção. Essa última para nós significa o que tem sido feito na maioria das escolas: coloca-se o computador nas escolas, os professores usam, mas sem que isso provoque uma aprendizagem diferente do que se fazia antes e, mais do que isso, o computador fica sendo um instrumento estranho à prática pedagógica, usado em situações incomuns, extraclases, que não serão avaliadas (BITTAR et al., 2008, p. 86).
- II. Formação faz parte da profissionalização docente” (ARAÚJO; SILVA, 2009, p. 329) e, o professor é participante do seu processo de formação continuada. A apropriação dos saberes pelos professores conduz à autonomia e a uma prática crítico-reflexivo. “Não basta uma maneira segura de ensinar o conhecimento de novas teorias no campo das ciências, o professor precisa cultivar atitudes de reflexão sobre sua prática em suas múltiplas determinações” (ARAÚJO; SILVA, 2009, p. 329).
- III. Formação continuada em serviço, uma formação no contexto e baseada na ação reflexiva dos professores sobre o seu contexto. Na formação continuada dos docentes é importante apontar as possibilidades de uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) numa perspectiva de construção e reconstrução de conhecimentos, sendo uma formação com um viés na tendência crítico-reflexivo, na qual “deve-se incentivar a apropriação dos saberes dos professores, rumo a autonomia e

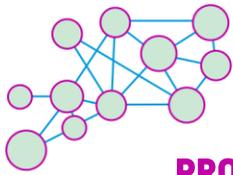




levar a uma prática crítico reflexiva, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência docente” (ARAÚJO; SILVA, 2009, p. 329).

- IV. Formação continuada dos professores, para uso das TDIC, pode oportunizar uma reflexão da prática profissional dos educadores, enfatizando uma prática crítico-reflexiva, ou seja, “um clima e uma metodologia formativa que situe o professorado em situações de identificação, participação, aceitação de críticas, de discordância, suscitando a criatividade e a capacidade de regulação” (IMBERNÓN, 2009, p. 60).
- V. Formação continuada se insere no contexto de emancipação social: valorizando o ser humano; contribuindo para formação e inclusão dos indivíduos; para o exercício da cidadania e a qualidade de vida das pessoas. Como também, visando que os professores inovem a sua prática utilizando as TIC como instrumentos no processo de produção do conhecimento
- VI. Utilização e integração de tecnologias da informação e comunicação, possibilitando ao educando uma formação que contemple o uso destas tecnologias, na perspectiva da melhoria da qualidade de ensino.
- VII. Formação dos profissionais da educação, tendo em vista a criação de oportunidades, o despertar de novos saberes, o fortalecimento da relação ensino/pesquisa e extensão junto à comunidade.





PROJETOS PEDAGÓGICOS DAS INSTÂNCIAS INTEGRADORAS DO CCITE

12. PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO TECNOLÓGICO MUNICIPAL - CTM/LRV

12.1. APRESENTAÇÃO

O Centro Tecnológico Municipal de Lucas do Rio Verde – CTM/LRV foi implantado através da Política Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional – PMCITE e Lei Nº 2859 de outubro de 2018. Está situado na Av. Espírito Santo, 466 S no bairro Jardim das Palmeiras.

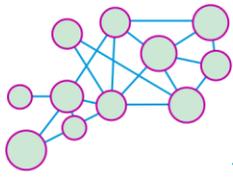
O CTM desenvolve ações integradoras que fortalecem as construções pedagógicas, culturais e sociais da rede municipal de educação, oferecendo serviços de qualificação e desenvolvimento tecnológico aos educadores da rede municipal, assessoria técnica para a Secretaria Municipal de Educação – SME.

Dentre as funções destacam-se a manutenção da infraestrutura tecnológica das unidades escolares, produção de conteúdo educacionais, planejamento, acompanhamento, coordenação, elaboração de layout e execução de sistemas educacionais, coordenação e suporte a Incubadora de Base Tecnológica e Educacional, além de outras funções de suporte técnico à SME e as instituições de ensino da rede municipal. O CTM também é a entidade responsável pela coordenação e execução da Política e do Sistema Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional do município.

Enquanto instância colaborativa assume o movimento interdisciplinar e com ele a garantia do protagonismo dos educadores que integram as ações desenvolvidas no cenário local. Enquanto instancia formativa, cumpre com o plano de governo da gestão atual que, incorporou no contexto de todas as ações o compromisso para com a construção de um município cuja identidade marca a “Cidade do Conhecimento”. Enquanto instância transformadora contempla práticas renovadas, a partir da edificação de estratégias contextualizadas produzidas junto ao IFOP e demais unidades que correspondem ao compromisso da secretaria Municipal de Educação.

12.2. CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO TECNOLÓGICO MUNICIPAL





12.2.1 ESTRUTURA FÍSICA

O CTM está inicialmente organizado com 4 (quatro) salas anexas, sendo uma sala maker, 1 (uma) sala para gravação e produção de vídeo-aulas, 1 (uma) sala para a Incubadora de Base Tecnológica e Educacional e 1 (uma) sala de trabalho para a equipe de profissionais do CTM.

12.2.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Os profissionais que atuam no CTM são os professores de informática das escolas municipais que trabalham concomitante nas escolas e no CTM, desenvolvendo com ética, competência e afetividade suas funções enquanto mediadores, articuladores e apoiadores de ações pedagógicas e educacionais.

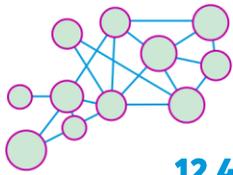
O CTM situa-se como uma referência para instrumentalizar os fazeres nas escolas, por meio das tecnologias e de suas aplicabilidades na formação dos estudantes. Como referência, preza pela formação humana, através da vivência dos princípios de respeito mútuo, do envolvimento em projetos sociais e da valorização do ser, despertando, assim, a criatividade, a autonomia, a solidariedade, a ética e a esperança e o protagonismo.

No CTM criam-se ambientes de pesquisa e de aprendizagens colaborativas e interativas, integrando teoria e prática, como uma das possibilidades de se capacitar os educadores para os mais variados desafios que assume na sociedade.

12.3. Missão

Promover a inclusão digital e o desenvolvimento científico e tecnológico em consonância com a Política Municipal de Ciência Inovação e Tecnologia Educacional da SME.





12.4. Visão

Ser referência em tecnologia, auxiliando em todas as instâncias do setor educacional, com proposições de programas, projetos e ações de inovação na educação e no município.

12.5. Valores

O CTMLRV, almeja através de suas ações processos de inclusão e justiça social, ética, respeito, capacitação, eficiência, empreendedorismo, equidade, qualidade, sustentabilidade econômica e social.

Como espaço de diálogo, de construção colaborativa e como composição formativa, que apoia as demais instâncias que integram a rede de educação, defende:

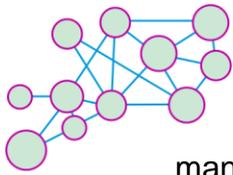
- a) Educação no convívio e na partilha.
- b) Valorizamos da experiência prática e conceitual.
- c) Excelência dos/nos processos desenvolvidos.
- d) Responsabilidade social, ambiental e econômica.
- e) Inovação, o empreendedorismo e a sustentabilidade.
- f) Talentos, conhecimentos, habilidades e atitudes.

12.6. HISTÓRIA

Com a preocupação da inclusão digital e ciente do papel da educação para redução das desigualdades sociais, a Secretaria Municipal de Educação – SME buscou a criação da Política Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional – PMCITE que foi consolidada através da Lei 2859 de outubro de 2018.

A composição do Sistema Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional - SIMCITE prevê o Centro Tecnológico Municipal – CTMLRV, órgão que foi criado no SIMCITE para compreender as atividades de aparelhamento e





manutenção, planejamento, organização, formação, dentre outras atividades que foram desenhando-se inclusive na coordenação e execução da política e do sistema.

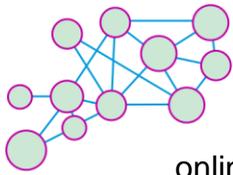
Concomitante a necessidade de criação da Política (PMCITE), a educação também passou por mudanças com a implementação da Nova Base Comum Curricular em que cita a cultura digital como uma de suas competências que de forma mais ampla cita que o aluno deve utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.

Neste sentido, a disciplina de informática que foi instaurada como uma disciplina que continha conteúdos curriculares para serem trabalhados de 1º ao 5º ano, fato este que impossibilitava a utilização dos laboratórios pelos demais professores das demais disciplinas, logo também não contemplava as mudanças previstas na nova BNCC e consequentemente ao Documento de Referência Curricular de Lucas do Rio Verde – DRC/LRV, assim foi se redesenhando o papel do professor de informática como sendo o professor articulador quando da utilização das tecnologias nas aulas das demais disciplinas, fazendo com que a inclusão da informática no cotidiano do estudante acontecesse como um meio ou um recurso adicional para aprendizagem de outras disciplinas. A SME também tomou como base o Decreto Nacional vigente de nº 6300 de 12 de dezembro de 2007.

Assim, ao implantar a PMCITE, os professores de informática também passaram a atuar no CTM com complementação de 10 horas, onde foram desenvolvidas atividades que se ampliaram no decorrer do tempo e exigindo maior dedicação. No ano de 2019 os professores de informática continuaram dando suporte nas unidades escolares tendo em vista a aquisição de Kits de Laboratórios Móveis que demandaram capacitação dos profissionais e alunos das unidades escolares e auxílio para garantir a usabilidade dos equipamentos adquiridos.

Já no ano de 2020 a equipe atuou exclusivamente no CTM e com o decreto 4667 de 17 de março que determinou a suspensão das aulas presenciais como medida temporária e emergencial de prevenção de contágio pelo Coronavírus (Covid-19), as demandas foram crescentes e assim juntamente com a equipe da Assessoria Pedagógica da SME deu-se início a um plano emergencial de criação de atividades





online, através de constantes capacitações dos professores da rede municipal, com formações por meio de lives e vídeo-aulas e atendimento via call center e WhatsApp e atendimento presencial em casos específicos.

Acredita-se que Lucas do Rio Verde seja um dos poucos municípios que após duas semanas de suspensão das aulas já estava preparado para que os professores pudessem organizar atividades para toda rede de forma online ou através de atividades impressas para alunos sem acesso a equipamentos ou internet para acompanhamento das atividades online.

Imaginando o retorno das aulas presenciais e observando o trabalho executado pelos profissionais do CTM, pensando também nas unidades escolares, a SME abriu processo seletivo simplificado para atender ao Programa de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional com oferta nas seguintes vagas: Técnico de Informática Educacional e Professor Orientador de T.I.

A atribuição de cada cargo foi pensada da seguinte maneira:

a) Professor Orientador de T.I.

I - Proporcionar o suporte nas questões de tecnologia aos profissionais da educação, principalmente acompanhamento nas aulas ministradas para estudantes da rede municipal de ensino, que necessitam da utilização de equipamentos de informática, auxiliando professores e alunos;

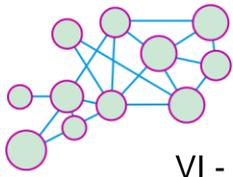
II - Elaborar atividades ou recursos digitais previamente demandados pelos demais profissionais do magistério, nas diversas áreas do conhecimento e posterior organização em Portal Educacional;

III - Orientar os professores nas questões de tecnologia;

IV - Efetuar manutenção e atualização de conteúdo do Portal Educacional através do Centro Tecnológico Municipal do Programa de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional de Lucas do Rio Verde.

V - Executar outras atividades correlatas a função demandada pela gestão escolar da instituição e pela Secretaria Municipal de Educação;





VI - Orientar e dar suporte aos professores e demais superiores na criação de recursos educacionais quando solicitado;

VII - Elaborar recursos educacionais de acordo com sua competência como jogos, atividades de áudio e vídeo, conforme disponibilidade de recursos das unidades escolares de acordo com a solicitação semanal e agendamento;

VIII - Realizar curadoria de recursos educacionais disponíveis na internet, conforme solicitado pela gestão escolar da instituição e do Centro Tecnológico Municipal vinculado à Secretaria Municipal de Educação;

IX - Zelar pelos equipamentos de informática e dar suporte para a utilização de recursos computacionais e de tecnologia;

X - Colaborar com a organização do local de trabalho;

XI - Elaborar e ministrar oficinas de tecnologia para profissionais da educação e alunos da Rede Municipal de Ensino;

XII - Capacitar profissionais da educação da Rede Municipal para o uso da tecnologia em sala de aula;

XIII - Executar outras atividades correlatas a função.

b) Técnico de Informática Educacional

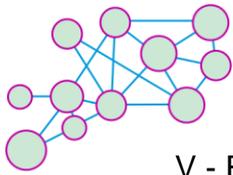
I - Acompanhar e auxiliar os professores e alunos na execução das atividades realizadas nos Laboratórios de Informática Educacionais - LIED's;

II - Organizar e zelar de forma geral pelos equipamentos, periféricos, instalações e móveis dos LIED's;

III - Realizar atualizações necessárias e periódicas para o bom funcionamento dos equipamentos dos LIED's;

IV - Contribuir com a Política de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional através de ações que possam cooperar para as aprendizagens desenvolvidas na unidade escolar;

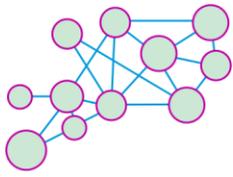




- V - Registrar e controlar a reserva e retirada ou empréstimos para utilização de equipamentos de informática, pelos docentes da unidade escolar;
- VI - Conferir ao final de cada turno o desligamento dos equipamentos, portas e janelas do LIED, bem como o correto acondicionamento dos Laboratórios Móveis;
- VII - Solicitar auxílio se necessário, ao Professor Orientador de TI ou do Centro Tecnológico Municipal no caso de necessidade de manutenção dos equipamentos;
- VIII - Cumprir a jornada de trabalho no laboratório de informática ou em função das ações do Centro Tecnológico Municipal ou da Secretaria Municipal de Educação;
- IX - Manter sigilo de senhas, aplicativos e demais programas de domínio da Prefeitura de Lucas do Rio Verde, após rescisão de contrato por período de 24 (vinte e quatro) meses;
- X - Manter atualizado o controle de patrimônio e lista de ocorrências dos equipamentos de TI;
- XI - Auxiliar os profissionais de educação na utilização e funcionamento de equipamentos de TI;
- XII - Cumprir e fazer cumprir as regras de boas práticas na utilização dos equipamentos de informática;
- XIII - Manter no local de trabalho, aplicativos, recursos educacionais digitais e programas similares desenvolvidos ou que pertencem ao Centro Tecnológico Municipal, informando aos demais que os recursos digitais educacionais desenvolvidos no local de trabalho com ou sem sua participação são de propriedade do Centro Tecnológico Municipal e da Secretaria Municipal de Educação;
- XIV - Executar demais atividades correlatas a função.

O processo seletivo simplificado aconteceu através do edital nº 01/2020 para seleção de pessoal visando a contratação por tempo determinado com os seguintes requisitos para a função de Professor Orientador de TI: Ensino Superior Completo em Informática (Bacharelado/Licenciatura) e para Técnico de Informática Educacional sendo os requisitos: Ensino Médio Completo e conhecimento em hardware e software.





A função de Professor Orientador de TI foi para cadastro reserva. Já a função de Técnico de Informática Educacional visava a permanência destes profissionais nas unidades escolares em horários que o Professor Orientador de TI não estivesse na unidade escolar em detrimento de ações no CTM. Devido a impossibilidade de retorno das aulas presenciais e também ao período eleitoral esta ação foi descontinuada.

Neste contexto acredita-se que o Centro Tecnológico Municipal, foi um órgão importante dentro da Política e do Sistema Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional e que os profissionais do CTM possuem expertise necessária para a manutenção, execução e consolidação da Política Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional, ações essas necessárias para transformar Lucas do Rio Verde em um Polo Tecnológico e Inovador.

Faz-se importante citar que a Política Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional – PMCITE de nosso município está sendo observada por outros municípios da região, tendo em vista o protagonismo na execução da mesma. Os municípios de Sorriso, Rondonópolis, e Nova Mutum, estão com propostas de criação de Centros Tecnológicos e Programas de Robótica. Nesta perspectiva também no Governo do Estado, percebe-se o interesse na implantação do que é referenciado como sendo a Educação 4.0.

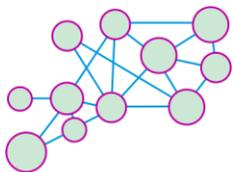
12.7. OBJETIVO GERAL

Subsidiar a SME na coordenação e execução da Política e do Sistema Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional.

12.8. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- A)** Capacitar em tecnologias educacionais de todos os professores da rede.
- B)** Oferecer suporte para as unidades escolares quanto a aquisição e manutenção dos equipamentos, elaboração e manutenção de sistemas específicos da educação.
- C)** Oferecer suporte e manutenção do Portal Educacional.





- D)** Desenvolver pesquisa novas tecnologias, dentre outras demandas técnicas de solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

12.9. ARQUITETURA DO CTM

12.9.1 DAS DEMANDAS

No desenvolvimento das ações do CTM, observou-se que além do incentivo a inclusão digital dos educandos, da capacitação e de proposição e aquisição de aplicativos e recursos tecnológicos de cunho educacional, surgiram demandas que inicialmente não foram previstas na lei, mas ações estas de extrema importância para a rede municipal como: manutenção e suporte dos equipamentos de tecnologia das unidades escolares, criação de sistemas para atender as demandas da SME, criação e manutenção de domínio educacional, criação e desenvolvimento, fortalecimento do ecossistema de ciência, inovação tecnológica e educação empreendedora (incubadora educacional), auxílio na coordenação e execução de ações da Política e do Sistema Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional.

12.9.2 DAS LINHAS DE AÇÃO

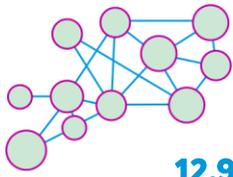
12.9.2.1 Expansão e apoio da Política e do Sistema de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional

- Formação em Tecnologias para os Profissionais da Educação;
- Fomento a Ciência, a Inovação e a Tecnologia Educacional, através da Incubadora de Base Tecnológica e Educacional.

12.9.2.2 Promoção da Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional aos Profissionais do CTM

- Incentivo e capacitação;
- Apoio na criação e elaboração de sistemas e aplicativos educacionais e de gestão.





12.9.2.3 Consultoria em TI para as Unidades Escolares.

- Proposições a aquisição de aplicativos, recursos tecnológicos e de novos equipamentos de tecnologia educacional;
- Apoio na manutenção e suporte aos recursos tecnológicos e equipamentos de tecnologia educacional das unidades escolares.

12.9.2.4 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas da Educação do Município

- Zoneamento educacional;
- Projeções educacionais;
- Matrículas online;
- Portal Educacional;
- Portal Capacita Lucas;
- Portal do Conselho Municipal de Educação;
- Sistema de Monitoramento do Plano Municipal de Educação;
- Desenvolvimento e manutenção de novos sistemas.

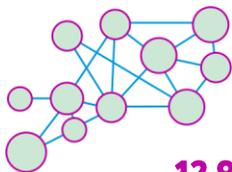
12.9.2.5 Promoção a Inovação, Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento Social

- Inclusão digital;
- Investimento nas áreas de ciências;
- Incentivo a linguagem de programação e a robótica na educação.

12.9.3 DOS ATENDIMENTOS

O CTM atua nas instituições escolares para suporte e manutenção da rede lógica e equipamentos educacionais (kits dos laboratórios móveis, tablets, sala maker, material de robótica e a rede de internet para uso nos chromebooks), na capacitação e acompanhamento aos professores e conseqüentemente aos alunos através da equipe que atuou no CTM e como professores de informática. Também auxiliou com suporte a equipe do IFOP, Assessoria Pedagógica e a SME.





12.9.4 DOS FORMADORES

A equipe atuou com 3 (três) profissionais sempre nas diversas capacitações através de lives, produção de videoaulas, tutoriais escritos e tutoriais em vídeo, além de atividades em Sala de Aula Virtual.

Para a capacitação de robótica e programação a equipe atuou com 1 (um) profissional que trabalhou através de videoaulas em tempo de pandemia e capacitações presenciais por instituição no ano de 2019.

12.9.5 DOS TÉCNICOS

Para a área técnica o CTM contou com 5 técnicos para as mais diversas atividades de TI como manutenção nas escolas, relação de patrimônio, termos de compromisso, distribuição e garantia dos equipamentos de tecnologia educacional adquiridos, criação de sistemas e banco de dados, suporte ao IFOP e a assessoria pedagógica, dentre as outras atividades.

12.9.6 DOS INVESTIMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

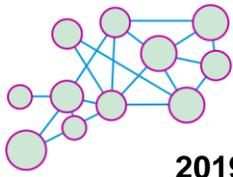
Para o espaço dos profissionais do CTM disponibilizou-se 7 (sete) computadores desktop, 1 (um) Kit de laboratório móvel para capacitação, 6 (seis) Kits de Lego Wedo 2.0 e 3 (três) Ev3, dentre outros equipamentos da Sala Maker.

12.10. AÇÕES DESENVOLVIDAS

2018 – Elaboração das minutas de Lei para a Política de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional – PMCITE, em parceria com a SME;

2019 – Elaboração de documentos para o Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional – COMCITE, como por exemplo Regimento Interno, ofícios dentre outros;





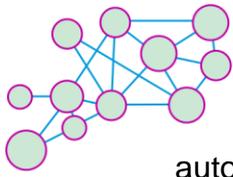
2019 - Projeto Automação do Feira do JEPP Jovens Empreendedores Primeiros Passos (Escola São Cristóvão): Desenvolvimento do sistema de gestão e controle de estoque e vendas, sistema que atue no auxílio do controle de estoque e vendas, facilitando o gerenciamento de estoque: entrada, saída, necessidade, ajuste de estoque, cadastro de produtos e mercadorias, gerência de Vendas: controle de caixa, efetuar venda, cancelamento de venda, controle de código de barras, para feira do JEPP 2019, com os alunos do 6º ano. Na Feira, os alunos da escola comercializarão os produtos produzidos, seguindo os cursos oferecidos pelo JEPP para os estudantes do 1º ao 9º ano e os alunos do ensino médio do 1º ao 3º ano. Os itens envolviam a produção de brinquedos ecológicos, de temperos naturais, de ervas aromáticas, a locação de produtos e a venda de alimentos. Com o Projeto finalizado, o sistema atendeu às 11 lojinhas no dia da feira do Jepp e a cantina da Feira de Ciências 2019. A meta para 2021 seria a automação via aplicativo de celular, inserindo no processo as opções de cartão de debito e credito.

2019 - Levantamento da Infraestrutura dos Laboratórios de Informática das Escolas Municipais e proposta de criação das Salas Maker nas escolas integrais.

2020 - Automação e Inovação da III Jornada de Inovação Pedagógica, no início do ano. Uso de uma ferramenta digital para gestão do evento de formação continuada dos profissionais da educação, divulgação, registro e controle de inscrição online, gerenciamento do evento, credenciamento, controle de entrada e saída, programação, cronograma do evento, oficinas, palestras, emissão de relatórios de inscrições, participação e certificado.

2020 - Incubadora de Empresas de Base Tecnológica e Educacional, INNOVA LUCAS, em parceria com o SEBRAE, em processo de Implantação, estruturação, consolidação do ecossistema de inovação tecnológica, (Hélice Quádrupla) envolvendo o poder público, instituições de ensino público e privado, terceiro setor, empresas e comércio. Firmando assim parceria e transferência de conhecimento e tecnologias, criação de eventos, startups, feiras, hackathon que foi previsto com inauguração e lançamento do edital de seleção para primeiro semestre de 2021. Uma iniciativa com os seguintes objetivos: estimular a cultura empreendedora por meio da educação, oferecendo cursos, oficinas, participação de programas voltadas para educação empreendedora aos alunos da rede municipal, os programas como: JEPP, Eu Empreendo e Aluno Empresário, incentivando os alunos a buscar o



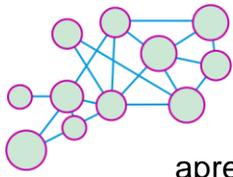


autoconhecimento, novas aprendizagens, além do espírito de coletividade. Para as empresas incubadas, será ofertada consultorias e mentoria, o fomento de empreendimentos por meio de sistema de incubação de empresas. Iniciando na idealização, pré incubação, incubação, pós incubação. Para os projetos das empresas escolhidas estão: softwares educacionais, pedagógicos, sites pedagógicos, cursos e treinamentos de professores e profissionais da educação para aplicação do ensino a distância (EAD), jogos, aplicativos educacionais e desenvolvimento de sistemas para atender as necessidades da administração pública.

2020 – Elaboração de projeto de layout e elaboração do sistema para o Portal Capacita Lucas - O Portal Capacita Lucas é uma ferramenta digital da Secretaria Municipal de Educação, criado para divulgação de eventos e formações, e o gerenciamento dos eventos, registro e controle de inscrição online, credenciamento, controle de entrada e saída, programação, cronograma do evento, oficinas, palestras, emissão de relatórios de inscrições, participação, emissão e chancela de certificado de participação. Tem como objetivos e metas disponibilizar ferramentas de inovação, promovendo a contínua melhoria das práticas, ações e papéis frente aos profissionais da educação. A função do Portal Capacita Lucas, é promover a formação dos profissionais, com vistas a excelência profissional e pessoal dos servidores da educação. No que se refere a excelência em educação, a SME proporciona atividades direcionadas ao desenvolvimento das competências e habilidades dos profissionais visando contribuir para a melhoria da qualidade no ensino e aprendizagem, primando pela qualidade e sucesso dos estudantes. Os resultados da rede municipal, observados nas avaliações externas feitas pelo MEC, mostram que todo o trabalho desenvolvido em prol da melhoria da aprendizagem dos alunos, vem apresentando resultados positivos e em ascensão.

2020 - Levantamento infraestrutura da rede lógica e sinal de Internet, que atende as escolas da rede municipal de Lucas do Rio Verde - MT, assim descritas: Escola Municipal Caminho Para o Futuro, Escola Eça de Queirós, Escola Érico Veríssimo, Escola Cecília Meireles, Escola Fredolino Vieira Barros, Escola São Cristóvão, Escola Vinícius de Moraes, Escola Menino Deus e Escola Olavo Bilac. Foram analisadas as redes lógica e antenas e sinal de internet em seus aspectos de infraestrutura, levando em consideração os padrões hoje já adotados e as normas estabelecidas pelas entidades competentes. Assim foram registradas as irregularidades que se





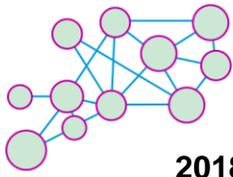
apresentaram nas diversas unidades que foram diagnosticadas, que a atual rede de internet não atende as novas demandas de aulas online prevista para o retorno das aulas para primeiro semestre de 2021. Foi proposto a substituição da rede lógica das escolas e orçado todo material e equipamentos e novos planos de internet necessários para atender a nova demanda das unidades escolares e expandindo a rede de internet para as Creches e Educação Infantil, totalizando 19 unidades escolares.

2020 - Aplicação e Monitoramento Aula Teste – On-line, na Escola Municipal Cecília Meireles, onde 29 Professores lotados na escola, realizaram uma transmissão de uma aula de 1 hora, ao todo foram 22 turmas e 29 professores transmitindo ao vivo, usando os chromebooks do kit da escola; este teste serviu de parâmetro em relação a velocidade de internet, números de conexão de dados e taxa de transmissão de vídeo (streaming) ao vivo pelo Google Meet. Após o teste foram observadas dificuldades de conexão causadas pelos equipamentos internos da rede lógica wifi. Foi necessário fazer o remanejamento dos professores para o piso superior próximo das antenas, pois nas salas localizadas no térreo não obtiveram conexão. Com essa mudança os números coletados foram avaliados que 98% dos professores conseguiram realizar a aula com alguma perda na recepção de sinal do aluno, e 1% teve queda de conexão, e os outros 1% não conseguiram acessar o Google Meet, assim foi proposto a readequação da rede lógica e substituição dos equipamentos e do plano de internet;

2020 - Implantação do Domínio Educacional do Google, onde foi criado um e-mail institucional na plataforma do Google G Suíte, para todos os professores e alunos da rede municipal para uso das ferramentas do Google sala de aula e integração aos Chromebook e no Google for Education, uma solução tecnológica para facilitar a vida dos professores e alunos, tanto na sala de aula quanto fora dela. Uma proposta inovadora que aos poucos está revolucionando a maneira tradicional de aprender e ensinar.

2020 – Elaboração de projeto de layout e elaboração do sistema para o Portal do Conselho Municipal de Educação – CME. O Portal do CME é uma ferramenta digital do Conselho Municipal de Educação, criado para divulgação das ações do CME, leis, resoluções e pareceres, além de credenciamento e legalização das instituições do sistema via internet para agilizar os processos





2018 - 2020 – Criação e execução do Programa Municipal de Ciência e Inovação e Tecnologia Educacional; "TECLUCAS". Criado pelas leis nº 2859/2018 e 2860/2018. O Centro Tecnológico Municipal, entidade que coordena e auxilia a SME na execução da Política e do Sistema Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional no município de Lucas do Rio Verde - MT.

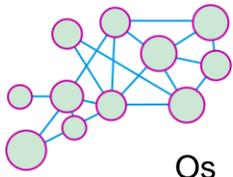
2019 - 2020 – O Censo Educacional 2019, foi planejado, organizado e teve início em de 2017 no bairro Rio Verde com apoio dos profissionais da Escola Municipal Érico Veríssimo. Teve como finalidade de realizar a busca ativa escolar, sendo recenseados 1027 famílias e 3487 pessoas residentes na localidade. No entanto, esta ação teve continuidade em novembro de 2018, pois nem todos os bairros são contemplados por escola municipal, fato que dificultou a realização da ação.

Porém a Secretaria de Educação ciente da importância da ação organizou através de licitação a contratação de empresa específica para este fim e assim conhecer a realidade de cada bairro ou comunidade para que através dos dados sociais, econômicos e educacionais pudesse se retratar a realidade educacional e facilitar para um diagnóstico mais preciso da educação no município, como por exemplo o nível de escolaridade da população, a pretensão de retorno aos estudos ou demanda de educação de jovens e adultos, bem como a identificação de crianças fora da escola, dentre outros aspectos por bairro ou escola e assim atender de forma igualitária as famílias luverdenses. Essa ação foi realizada na zona urbana, sendo similar ao Censo do IBGE, sendo considerada uma ação inovadora já que os dados foram coletados através de aplicativo de georreferenciamento cada questionário aplicado, auxiliando na busca de soluções específicas, além das soluções macros.

O Censo Educacional, além de traçar um perfil da sociedade luverdense, projetar o crescimento, e contribuir na tomada de decisões de investimentos na área educacional, deixa um legado para os anseios da população, e reverberam para decisões em todos os setores da administração pública.

Preocupada com o planejamento não só a curto prazo, mas também a médio e longo prazo, a Secretaria de Educação de Lucas do Rio Verde através dos dados coletados buscou projetar a melhor maneira para expansão de sua rede educacional, não de maneira aleatória, mas procurando encontrar soluções assertivas para ampliar sua capacidade de atendimento do munícipe luverdense.





Os levantamentos oriundos do Censo Educacional, trouxeram vários resultados, dentre esses, dados relevantes do perfil da sociedade de Lucas do Rio Verde, localização, possíveis áreas de expansão, com esses dados foi projetado o crescimento populacional dos bairros, dessa maneira foi possível realizar um estudo de investimentos em obras e infraestrutura na rede educacional, ampliações e construções de novas unidades de ensino e representam dados estimados até 2027, que tem o propósito de assessorar na tomada de decisões, e não expressam uma verdade absoluta.

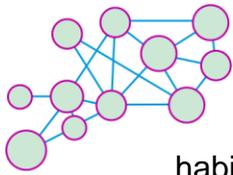
2019 - 2020 - O projeto de pré-matrícula online foi concebido com o objetivo de eliminar as extensas filas que se formavam nas escolas no período de matrícula de novos alunos. Criando assim um agendamento para as novas matrículas, ancorado na localização da inscrição, sendo direcionado desta forma para a escola mais próxima da residência do solicitante. Eliminando possíveis erros, dando assim mais eficácia na hora da confirmação dos dados na escola.

O processo se deu através do desenvolvimento de uma aplicação, que coletou os dados do solicitante, pai, mãe, responsável, e de seus filhos, impondo a necessidade de localização do solicitante, o que deu agilidade na distribuição e direcionamento dos alunos. Posteriormente, a coleta destes dados, uma equipe, formada pela Secretaria de Educação, fez o tratamento, eliminando duplicidades, inconsistências e quando necessário fazendo contato prévio com os solicitantes. A matrícula então foi agendada com na escola e com dia para confirmação dos dados e efetivação da matrícula. Devido a alta demanda, foram feitas 2 etapas, na primeira 854 novos pedidos de matrículas foram processados e encaminhados as escolas, na segunda 688, totalizando 1542 matrículas.

Após a experiência, os resultados obtidos foram satisfatórios e conclusivos, levando assim a secretaria a dar continuidade com o projeto.

2019 - 2020 - Implantação da Sala Maker na EMEIEF São Cristóvão. Criando um ambiente interativo de aprendizado, um espaço para colocar a mão na massa, estimular a criatividade por meio da aplicação de atividades e projetos interdisciplinares com uso de tecnologia, ferramentas manuais, digitais, eletrônicas, impressora 3D, para despertar o interesse dos alunos no desenvolvimento de





habilidades que vão contribuir para a uma formação mais completa e alinhada às demandas contemporâneas.

2019 - 2020 – Suporte na criação do Portal Educacional da SME.

12.11. FORMAÇÕES DESENVOLVIDAS E PREVISTAS

12.11.1 PLATAFORMA GOOGLE

2020 - Formações desenvolvidas por meio do Google Sala de Aula, mediante o decreto 4667 de 17 de março que determinou o cancelamento das aulas presenciais no município. Assim para garantir o processo de ensino e aprendizagem dos alunos da rede municipal foi preciso agir rapidamente capacitando os professores que receberam formação através da Plataforma do Google e nos seus diversos aplicativos como Google Forms, Google Drive, Google Meet, Google Sala de Aula e Youtube.

12.11.2 EDIÇÃO E PRODUÇÃO DE VÍDEO

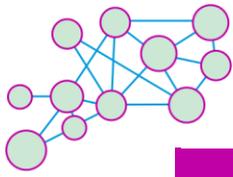
Formação através do aplicativo Kinemaster para edição e produção de vídeo e Youtube.

12.11.3 ROBÓTICA

2018 – 2020 - O projeto de robótica no município de Lucas Do Rio Verde, deu início através de um projeto piloto na EMEIEF Fredolino Vieira Barros onde implantou-se oficinas de linguagem de programação, robótica sustentável, robótica com Kit Lego EV3 e Batalha Maker com campeonatos, premiações e medalhas. Em 2019 com a chegada dos Kits Lego EV3, iniciou-se as formações para os professores trabalharem com os alunos. Em 2020 chegaram os Kits do Wedo 2.0, onde foram capacitados professores na jornada pedagógica e aos profissionais interessados ofertou-se a capacitação durante a pandemia do Covid-19, mediante empréstimo dos kits.

Na tabela a seguir pode-se observar o que é cada kit e quais os objetivos de cada formação:





Formação	O que é
Kit Lego EV3	Kit educacional de robótica, em que podem ser desenvolvidos vários protótipos e utilizado para campeonatos. Recomendável para o Ensino Fundamental II.
Linguagem de Programação com Scratch.	Site em que se desenvolve os próprios jogos e atividades multidisciplinar.
Wedo 2.0	Kit educacional de robótica, utilizado no Ensino Fundamental I. Desenvolve protótipos para atividades multidisciplinares.
Robótica Sustentável	Protótipos desenvolvidos com materiais reciclados e eletrônicos descartados.

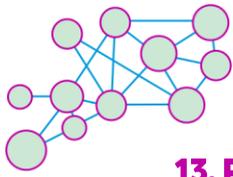
12.12. AÇÕES FUTURAS

2021 - Estava previsto a criação de sistema para substituição do Sistema Escola Net da Ômega Sistemas. Acredita-se que é possível a substituição à medida que se possa ir elaborando os módulos de funcionamento, proporcionando assim gestão escolar mais eficiente e sem ônus ao município.

2021 - A equipe do CTM estava programando as seguintes capacitações: Playposit, Goose Chase; Kodular, Wooclap ou Nearpod, Trello, Animaker, Jamboard, Flipgrid, Prova Fácil, dentre outros.

2021 - Previa-se a continuação das formações e também incentivo aos campeonatos de robótica OBR e FLL.





13. PROPOSTA PEDAGÓGICA DO IFOP

13.1 APRESENTAÇÃO

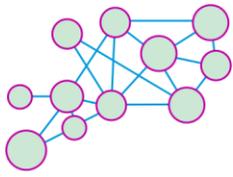
A educação na sociedade contemporânea tem dimensões, significados e conjunturas próprias, assumindo a função de instituição especializada na arte de formar as gerações para o convívio social, considerando seus diversos níveis de formação.

Existem várias concepções e modelos de educação, orientados por matrizes teóricas e político-ideológicas diferentes, assentadas em contextos distintos. Apesar das caracterizações de cada vertente é consensual o entendimento de que a educação é o meio pelo qual é possível a transformação da sociedade.

Com esta convicção e partindo do pressuposto de que os processos inovadores são aqueles que possuem políticas de gestão que favorecem e desenvolvem a profissionalidade de todos os seus atores, o Instituto de Formação e Orientação Profissional de Lucas do Rio Verde/MT suscita sua dinâmica de atuação, pautando-se no Plano Municipal de Educação e no Documento de Referência Curricular Municipal para dar sustentação às ações de formação continuada dos profissionais da Educação Básica do município.

Enquanto construção democrática, representada por atores de diversos segmentos da sociedade, a instituição valeu-se primeiro do resgate das experiências vivenciadas no âmbito da realidade local e, em segundo, da história brasileira da formação de educadores, e com ela das influências internacionais, reconhecendo assim, os marcos históricos, filosóficos e sociológicos imbricados no temário “Formação de Educadores”.





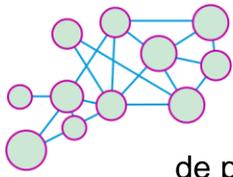
Um dos aspectos lembrados na construção situou-se nos anos de 1990 com a ampliação das políticas públicas em âmbito nacional de formação continuada, através de textos legais das reformas estruturadas, onde diretrizes começaram a tratar a qualificação docente como prioridade. Dentre os vários aspectos que fundamentaram a composição do acervo, Oliveira (2007) reverbera a formação dizendo que ela “requer renovações institucionais, metodológicas, teóricas, ético-morais e mecanismos de divulgação do conhecimento”.

Outro importante sinal do compromisso para com a formação de educadores ocorreu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, que em seu art. 62, inaugurou a expressão “Formação de Docentes para Atuar na Educação Básica” determinando a criação de um novo locus formativo, o Instituto Superior de Educação (ISE), conferido no art. 63, inciso I: “os institutos superiores de educação manterão: I – cursos formadores de profissionais da educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental”.

Em 2004, um novo locus de formação de professores foi instituído e assentado no Decreto nº 5.224, que dispôs sobre a competência do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) em realizar Cursos de Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica. Logo, em 2008, por força da Lei nº 11.892, foram criados os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia, com a função de também formarem os educadores.

Com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foram definidos os Princípios Norteadores da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, sendo eles: 1- valorização da identidade da educadora e do educador; 2- valorização de sua experiência profissional como ponto





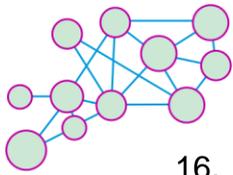
de partida para o aprofundamento teórico, que permita que cada um possa se tornar pesquisador, no sentido de reinvenção da sua prática pedagógica, tornando-se capaz de entender e elaborar respostas para os problemas cotidianos (BRASIL, PDE, 2007). Outra forte expressão deu-se com a Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009, modificando o art. 61 da LDB/1996 e delineando o perfil do profissional da educação básica. Com estes movimentos legais, percebeu-se que o movimento nacional de educação assumiu o conceito de Formação de Educadores, com base no entendimento de que o professor e o pesquisador deveriam ser formados por meio de um Projeto Político Pedagógico que promovesse, articuladamente, a formação do professor-pesquisador.

Em 23 de setembro de 2011, através da Portaria nº 1.328, o Ministério da Educação instituiu a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, ampliando as formas de apoio ao desenvolvimento de ações formativas em atendimento às demandas de formação continuada formuladas nos planos estratégicos de que tratam os artigos 4º, 5º e 6º do decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009.

Em 2014, a Lei nº 13.005/2014 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014; ênfase adicionada).

Situada como pauta nacional, a formação de professores, se constituiu nas metas do Plano Nacional de Educação PNE_ (2014-2024), através das metas 15 e





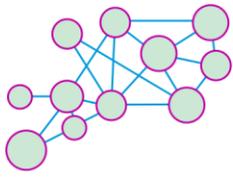
16, que tratam a questão da formação inicial e continuada de professores, corroborando com questões discutidas legalmente optando por modelos de formação que “valorizem a experiência prática”, como expresso na estratégia 15.3, retomando a lógica de valorização dos “saberes da experiência” em detrimento de conhecimentos da área de atuação profissional.

Pautando-se na construção histórica do tema e, reconhecendo-o como elemento desencadeador de mudança social e, prioridade enquanto ação educacional, a formação dos educadores foi assumida no município de Lucas do Rio Verde sob a égide de diferentes frentes, contudo, todas comprometidas com as concepções defendidas pela estrutura da rede e, ressignificada no Documento de Referência Curricular Municipal.

Neste sentido, o IFOP Instituto de Formação e Orientação Profissional (IFOP) objetiva construir ações comprometidas com o aperfeiçoamento dos educadores da rede municipal de educação permitindo através de processos de **ensino, investigação e aplicação/extensão** o aprofundamento conceitual e metodológico da formação continuada no município, vinculando o desenvolvimento profissional ao desenvolvimento da escola e da sociedade, e, neste sentido, a formação inicial e a formação continuada são pensadas como totalidade, como partes independentes e integradas da mesma unidade de ação, correspondentes ao processo de formação de educadores.

Ao sustentar a formação continuada como uma dimensão do trabalho de profissionalização e conseqüentemente do trabalho pedagógico, o instituto a reconhece como resultado de uma ampla articulação entre os diversos espaços que vão desde a formação inicial e continuada até espaços político, social e cultural extra-universo de trabalho.





Neste sentido, com a implantação do Instituto de Formação e Orientação Profissional (IFOP), a Secretaria Municipal de Educação reafirma seu compromisso com a sociedade, de modo especial com os profissionais da educação que atuam na rede pública municipal, de assegurar a todos o direito inalienável de aprender. Também enseja a importante consolidação de parcerias em processos de formação, onde Escolas, Universidades, Institutos, Secretarias e outras instituições trabalhem em conjunto numa proposta formativa, respeitando as especificidades das áreas, níveis e modalidades de atuação profissional, assim como as identidades construídas nos itinerários institucionais

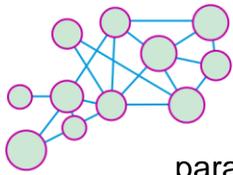
Com visão holística a Secretaria Municipal de Educação define a Política de Formação como espaço/tempo de reflexão da prática pedagógica, e neste sentido, a formação continuada é compreendida como oportunidade de aperfeiçoamento profissional, capaz de promover a reflexão na prática e sobre a prática. Trata-se de uma iniciativa respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96.

Defendendo a formação como um processo permanente, o IFOP, pauta-se em Freire para instituir a linha de trabalho pedagógico, destacando com base nas fontes do autor, alguns princípios básicos para um programa de formação permanente:

- 1) O educador é o sujeito de sua prática, cumprindo a ele criá-la e recriá-la.
- 2) A formação do educador deve instrumentalizá-lo para que ele crie e recrie a sua prática através da reflexão sobre o seu cotidiano.
- 3) A formação do educador deve ser constante, sistematizada, porque a prática se faz e se refaz.
- 4) A prática pedagógica requer a compreensão da própria gênese do conhecimento, ou seja, de como se dá o processo de conhecer.
- 5) O programa de formação de educadores é condição para o processo de reorientação curricular da escola. (FREIRE, 1999)

Com uma política educacional articulada e integrada, cujos grandes protagonistas das transformações dela decorrentes são os educadores, que precisam, com seu trabalho conjunto e consciente, fazer as mudanças chegarem aos ambientes de aprendizagem e, conseqüentemente nas comunidades, que reverberam em suas composições, a diversidade e o multiculturalismo, esta instancia pretende contribuir





para que seja superada a fragmentação do currículo, oportunizando através de experiências de aprendizagem educação com qualidade social como um direito a ser assegurado a todos os educadores, cumprindo com a garantia de oportunidades iguais para todos, como forma de fazer acontecer a justiça social, a equidade e a dinamicidade das potentes forças de conhecimento presentes no município.

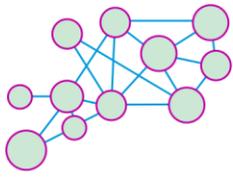
Tendo a clareza de que a educação vai além do que simplesmente agir ou pensar de maneira individual, isolada, e que pressupõe atividades coletivas, visando a transformação do sujeito, de sua prática, de suas relações e da qualidade de seu desempenho, para provocar mudanças no cotidiano social no qual a escola está inserida, o IFOP embasa as ações formativas nos documentos municipais. Segundo a legislação:

Art.16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente,(...) (Brasil, 2015p.13. apud DRC/LRV.)

As ações do instituto se caracterizam como ponto de partida significando o compromisso com a profissionalização permanente daqueles que integram a realidade das escolas municipais de Lucas do Rio Verde/MT e, o ponto de chegada a consolidação de uma educação pública de excelência referenciada nos sujeitos sociais, por meio de suas atitudes cotidianas e, de suas experiências acadêmicas.

Para a idealização do IFOP contou-se com representantes dos segmentos que interagem com a educação, cidadãos responsáveis pela construção das caracterizações do instituto, tendo como premissa cinco dimensões estruturantes, as quais, foram nutridas do reconhecimento de que “a grandeza de um país depende não só da formulação de planejamentos voltados à solução de suas reais necessidades, mas também de estruturas operacionais administrativas dotadas de competência”. (BITTENCOURT; ZOUAIN, 2010).



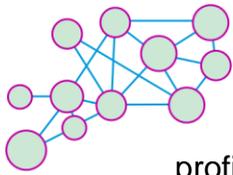


A Secretaria Municipal de Educação sublinha, em mais esta ação, sua responsabilidade com a construção de uma educação integral pública, de qualidade e democrática, que possibilite a todos a formação crítica e emancipadora necessária à transformação social. Assim, a intenção é que as proposições aqui expressas sejam materializadas no cotidiano escolar, por meio de ações, reflexões e avaliações sustentadas pela Pedagogia Histórico-Crítica e pela Psicologia Histórico-Cultural, articuladas aos Projetos Político Pedagógicos das unidades escolares. Dessa forma, assume-se uma perspectiva emancipatória, com vistas a formação de educadores como sujeitos investidos de autonomia, resgatando obviamente o conceito de autonomia concebido por Freire (1996), como princípio pedagógico para uma educação libertadora. A essência da sua pedagogia é a libertação que tem como caminho a práxis da busca. A práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo e, para o autor, sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido. A educação libertadora é, sobretudo, uma educação conscientizadora, na medida em que além de conhecer a realidade, busca transformá-la, e, neste sentido, todos os sujeitos aprofundam seus conhecimentos em torno do objeto para poder intervir sobre ele.

Somente na medida em que se descobrem hospedeiros do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivem a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações de desumanização. (FREIRE, 1997, p. 43).

O IFOP desenvolverá processos de Educação que propiciarão as necessárias condições aos educadores de construir suas subjetividades, suas representações de mundo, a partir de suas visões de mundo. Nele, a política de valorização





profissional do magistério, implementando a formação em serviço será instrumento de facilitação, uma ferramenta estratégica na execução do plano de governo, desenvolvendo competências humanas e organizacionais de modo cooperativo, fortalecendo o avanço qualitativo na prestação dos serviços educacionais públicos.

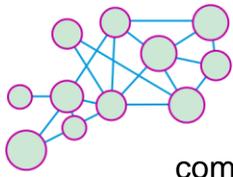
Para legitimar a construção do IFOP de forma participativa e representar a realidade da Rede Municipal de Educação este documento foi preliminarmente elaborado a partir de pesquisa qualitativa e de edificações interdisciplinares, coordenado pela Assessoria Pedagógica, em defesa de que “A educação é um processo de aquisição e transformação de saberes que, na verdade, nunca termina” (GOLDSTEIN, 2007).

Como a formação não se faz no acúmulo de cursos, conhecimentos ou técnicas, apesar de serem caracterizações positivas, o IFOP defende a linha da reflexão do trabalho educativo e sua identidade pessoal e profissional, levando em conta a significação das aprendizagens e o sentido da profissionalidade.

13.2. DETALHAMENTO DO INSTITUTO

O IFOP é uma instituição vinculada e administrada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e produz políticas e estratégias com vistas ao desenvolvimento dos educadores que integram os recursos humanos da rede municipal, por meio da formação processual. Neste sentido, os profissionais que atuam nas funções de secretaria, serviços administrativos, limpeza, merenda, tecnologias, apoio pedagógico e outros correlatos também exercem funções educativas junto aos estudantes e participam dos espaços e movimentos de representação social da educação como protagonistas do processo educativo derivando a construção do trabalho coletivo,



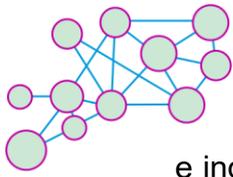


comprometido com a qualidade da educação e, portanto, integram e retratam os educadores da rede.

Sob a ótica da multirreferencialidade, o desenvolvimento profissional se caracteriza como movimento de formação que se materializa e institui mudanças nas práticas, bem como nos praticantes culturais em formação. Segundo Ardoino (1998), o surgimento da multirreferencialidade está ligado ao reconhecimento da complexidade e da heterogeneidade inerentes às práticas educativas, sempre na perspectiva de uma pluralidade de olhares e linguagens, reconhecidas como necessárias à compreensão do fenômeno complexo que é a Educação. Com este olhar, o instituto reconhece que todos os espaços da escola são educativos e, necessitam de formação como um dos mecanismos de melhoria da qualidade das ações realizadas pelas escolas, por isso, defendidas como “processuais”. Esse reconhecimento implica uma concepção de educador que ultrapassa os limites dos ambientes pedagógicos de ensino “salas de aulas”, retratando a necessidade de formação condizente com as especificidades de trabalho numa perspectiva de formação humanizada, que garanta a articulação entre teoria e a prática escolar, como expressa GASPARIN, 2002: “[...] sua forma concreta de existir na vivência cotidiana [...]”, bem como “[...] definir as dimensões sob as quais [...]” o conhecimento “[...] será tratado; buscar formas adequadas de trabalhá-lo” a fim de possibilitar uma efetiva assimilação e utilização na vida profissional e pessoal.

Muitas ações desenvolvidas em outros rituais formativos continuam atuais e estão consolidadas nas ações do Instituto, reconhecendo a íntima relação que se estabelece entre o contexto cultural e as diferentes visões de instituição escolar que se configuram, como indica Gardner (1999, p.132), “dependendo da história local, das necessidades, dos desejos curriculares, dos recursos disponíveis, das metas culturais



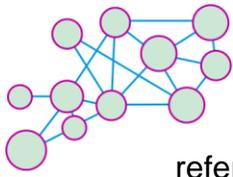


e individuais”. O instituto representa o respeito à história construída, ao pioneirismo, a sabedoria e a experiência dos que fizeram a história educacional da/na rede e também a concepção de formação como *“necessária pela própria natureza do saber e do fazer humano, como práticas que se transformam constantemente. A realidade muda e o saber que construímos sobre ela, precisa ser revisto e ampliado sempre”*. Christov (2010, p. 09). Diante da tentativa de se levar em conta a experiência pertencente ao universo educacional de Lucas do Rio Verde, na dinâmica de seus atores sociais, como fundante dos processos formativos processuais, assegura-se a percepção de que o conhecimento teórico produz compreensões de uma parte da realidade e de que essa parte é mais uma referência importante, mas não a única e, neste aspecto, as relações e aprendizagens construídas nas vivências históricas dos sujeitos, também são elementos de produção e interpretação integrante da realidade do instituto, como também ilustradas por Pais (1993), “método e teoria compõem uma base articulada em que o saber se constitui como movimento interpretativo do real”.

O IFOP tem sua proposta pedagógica desenvolvida a partir de eixos temáticos do processo de educação permanente no âmbito organizacional e orienta também os processos de identificação do perfil dos profissionais e a avaliação de desempenho numa perspectiva de desenvolvimento das pessoas, por isso, o caráter da multirreferencialidade é alicerce, por que “pode ser entendida antes de tudo como o reconhecimento do valor da pluralidade” Ardoino (1998) e, permite a compreensão dos múltiplos elementos e fatores que compõem os fenômenos educativos, implicando o rompimento com a linha de pensamento linear, unitária e reducionista, característica dos modelos cartesianos/positivistas.

Como proposta política clama a transformação da realidade objetivando a construção de novos sentidos para os serviços prestados à comunidade, tendo como

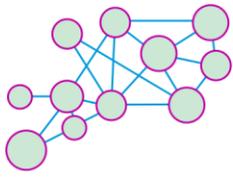




referente a dimensão ético-político a garantia do direito dos profissionais municipais de realizar no instituto sua formação processual. Como a formação continuada, inerente a todo profissional é parte do processo de formação ao longo da carreira, a mesma necessita estar presente de forma efetiva evitando nos dias atuais o distanciamento teórico/prático/metodológico, advindos da produção de novos conhecimentos nas mais diversas áreas, em resposta às demandas social, tecnológica e cultural da humanidade. Por isso, as ações de formação têm em Ardoino (1998), o apoio para compreender que: *“O essencial é que toda prática é sempre um começar, uma potência da problemática alternada e articulada do tripé agente-autor-ator”*.

Em seu contexto pedagógico o instituto pensa a educação a partir da compreensão dos sujeitos e sua inserção no âmbito das relações sociais e culturais, o que a considerar a dinâmica interativa e intersubjetiva que favorece a configuração do mesmo como um ser dotado de capacidades para se desenvolver e se realizar usando a consciência e inteligência no contato e na interação com o meio social. Neste sentido, as ações formativas sistematizam a conexão entre a teoria do processo educacional, as práticas que concebem o contexto de aprendizagem e a aplicação dos saberes nas diversas situações do dia a dia, estabelecendo assim, meios para se compreender por que e como se ensina, se aprende e se forma um ser humano total e, neste sentido da formação, a re-existência assume um importante papel, pois coloca o ser que se forma no centro do processo, implicando-o e tornando-o convicto de sua condição de partícipe nessa construção. É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Freire, 1967, p. 39



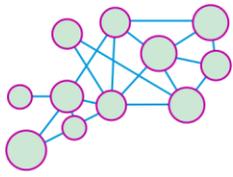


Importa frisar, que este, foi construído à luz do Documento de Referência Curricular Municipal de Lucas do Rio Verde/MT e do Plano Municipal de Educação com o propósito maior de estabelecer um marco no cerne do processo de desenvolvimento profissional dos educadores, tecendo nele gotículas de humanização cultivadas no contexto cultural e relacional, situada como uma experiência pessoal de apropriação e aperfeiçoamento das distintas dimensões do ser humano, pois é, assim que o IFOP promove suas causas educacionais através das trilhas formativas.

As ações pedagógicas no IFOP se aproximam das ideias de Benjamim (1994), quando o autor defende que: “o indivíduo dá sentido e significado à existência a partir das experiências vividas individual e coletivamente, ou seja, a partir do que se relaciona com o crivo de sua individualidade, de seus sentidos e do que remete aos aspectos historicamente construídos”. Acreditando na potência do intercâmbio das experiências individuais e coletivas, defende-se uma formação baseada na dialética entre teoria e prática, valorizando a prática profissional como momento de construção e ampliação do conhecimento, por meio da reflexão, análise e problematização do conhecimento e das soluções criadas nos contextos de educacionais, conforme defendia Freire, 1987: “não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade”, sendo a tríade reflexão-ação-transformação a sustentação do sentido da humanização do sujeito e do seu compromisso com o mundo e com a realidade vivida, o que torna os trabalhos do instituto apoiados no ordenamento:

- a.** Princípios prescritos na Lei 9394/96;
- b.** Normas instituídas pelo Parecer CNE/CP 115/1999 e pela Resolução CNE/CP nº.01/1999, que dispõe sobre a organização dos institutos superiores de educação;
- c.** Normas instituídas pelo Parecer CNE/CP n.º 9/2001 e sua Resolução CNE/CP nº 1/2002, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos Superiores;
- d.** Preceitos constantes dos Referenciais Curriculares para a Educação Básica;





- e. Preceitos constantes nos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- f. Preceitos constantes na Base Nacional Curricular Comum.
- g. Preceitos constantes do Documento de Referência Curricular Municipal.
- h. Normas instituídas pelo Parecer nº28/2001 e sua Resolução CNE/CP nº 2/2002, que dispõe sobre a duração e carga horária dos cursos formadores;

Para o atendimento as caracterizações e concepções indicadas, sublinhando o compromisso para com a condição humana de busca e movimento, mediante processos que favorecem a humanização, o IFOP se constitui:

Denominação: Instituto de Formação e Orientação Profissional de Lucas do Rio Verde

Grau: Desenvolvimento Profissional

Modalidade: Educação Presencial, Semipresencial e Não-presencial (EAD).

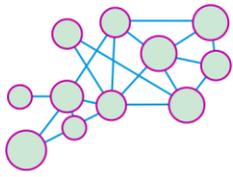
Áreas de desenvolvimento:

- a) Educação Infantil
 - i. 0 a 3 anos
 - ii. 4 e 5 anos

- b) Alfabetização e Letramento
 - i. 1 e 2 _EF
 - ii. 3,4 e 5 _EF

- c) Linguagens e suas conexões
 - i. Língua Portuguesa
 - ii. Língua Inglesa
 - iii. Educação Física
 - iv. Arte





d) Ciências da Natureza, Matemática e suas expressões no cotidiano

i. Ciências

ii. Matemática

e) Ciências Humanas e suas implicações

i. História e Geografia

ii. Ensino Religioso

iii. Filosofia nos anos iniciais

f) Gestão Escolar

g) Coordenação Pedagógica

h) Profissionais da Tecnologia

i) Assessoria Pedagógica

j) Formadores

k) TAE _ Monitoria educacional

l) TAE – Secretaria

m) TAE – Alimentação

n) TAE – Zeladoria

o) Motorista – Transporte Escolar

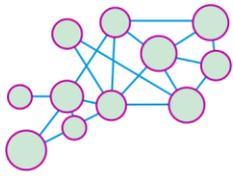
Ato de Criação do curso: Resolução Municipal

Quantidade de Vagas por turma de atelier: 30 (máximo) integrantes

Regime Letivo: Semestral

Regime de Matrícula: Por atelier curricular





13.3 HISTÓRICO

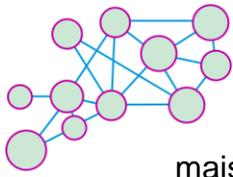
"A interdependência é uma das palavras mais indispensáveis nos novos modelos de vida e sociedade" (p.83).

Santomé (1998)

A história do Instituto de Formação e Orientação Profissional imbrica-se a história da educação do município de Lucas do Rio Verde e, com ela, a construção de novos sentidos diante dos atuais desafios que são encontrados nos “cotidianos das ações”, sejam elas pedagógicas ou, em outros aspetos de integração profissional.

Os desafios da profissionalização dos educadores a Educação Básica, constituem-se como um dos temas mais importantes, dada a relevância de todos os agentes educacionais em proporcionar uma educação de qualidade para os meninos e meninas, seja no plano cognitivo ou na dimensão humanística. Tais desafios exigem uma diversidade de habilidades e competências, as quais vão desde às relacionadas as mudanças organizacionais até a exigência de uma maior atenção para as questões socioambientais. Neste sentido, o desenvolvimento profissional, estruturado a partir de formações processuais requer concepções, saberes, conhecimentos e abertura para aprender, imprescindíveis à reflexão, à análise, às conexões e às intervenções propositivas em toda a vida cotidiana, tanto na dinâmica de trabalho quanto no contexto social, como revelado por Bloufleuer (2010, p.166): a inserção do indivíduo no mundo que lhe possibilita conhecer e integrar em si, em sua subjetividade, os processos de formação que se estabelecem entre as pessoas, sendo o educador apontado, pelo referido autor, como “alguém que “comunica a dinâmica da vida” às novas gerações com vistas a sua inserção nessa dinâmica” (idem, p.166) e, “por isso,





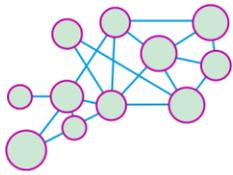
mais do que alguém que sabe o “que” e ‘como” educar, o desafio do educador será constituir-se em alguém que vale a pena ser escutado por quem está a emergir nesse mundo e se encontra diante do desafio de fazer-se”(idem, p.167).

A promoção da melhoria da qualidade dos serviços é um dos principais objetivos do poder público de Lucas do Rio Verde e para garanti-la com a efetiva participação dos seus atores sociais constrói de forma democrática e institui de modo transparente uma política global de valorização dos profissionais da educação (educadores), implicando, além de um salário digno, boas condições de trabalho e a oferta de formação, que preza representa um ganho social na medida em que retrata um momento de reflexão e discussão coletiva em torno de um projeto abrangente de educação, dos fundamentos e princípios da educação municipal, do direito à educação e do dever de educar.

Vale-se aqui, de um parêntese histórico, que localiza no início do ano de 2009, através do Decreto nº. 6.755, de 29 de janeiro de 2009, a normatização da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, liderada pela Capes, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplinando a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES o fomento dos programas de formação inicial e continuada, além de outras providências.

Hoje, tais recortes legais foram compreendidos como necessários no território nacional, o que nos coloca, enquanto rede municipal em outro movimento, de ordem emergencial, uma vez que o desafio, com a estruturação do documento que referênciam as práticas pedagógicas em nossa realidade determinam que as escolas devem promover o **desenvolvimento integral** dos estudantes, em suas dimensões cognitiva, social, emocional, cultural e física.





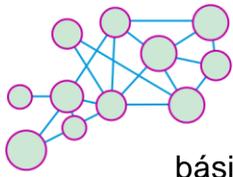
Em cumprimento com a legislação municipal que, “na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com as crianças e adolescentes e ainda sob orientação da resolução sobre a jornada de trabalho, que regulamenta a implementação do 1/3 de Aula Atividade, faz-se necessário repensar a formação da escola pública numa perspectiva sistêmica.

Logo, a estrutura idealizada democraticamente, significa na prática, uma proposta de formação que atende, quantitativa e qualitativamente, ao número de profissionais em efetivo exercício no que concerne à oferta de formações aos professores e demais profissionais da educação, bem como de documentos que validem tais atividades formativas. Neste sentido o IFOP contribuirá para a formação, orientação e desenvolvimento profissional dos educadores, articulando assim, a garantia de qualificação das condições de trabalho e de vida dos cidadãos, conversando com os aportes legais e de amparo as ações nos contextos de atuação, considerando os princípios que norteiam a Base Nacional Comum Curricular para a formação inicial e continuada, sendo:

- I. Sólida formação teórica e interdisciplinar;
- II. Unidade teoria-prática;
- III. Trabalho coletivo e interdisciplinar;
- IV. Compromisso social e valorização do profissional da educação;
- V. Gestão democrática;
- VI. Avaliação e regulação dos cursos de formação.

A concepção de formação é entendida, neste documento, como formação permanente que abrange a formação inicial e continuada de forma orgânica, que faz a leitura e releitura da prática nas escolas, com o objetivo de melhorar a educação





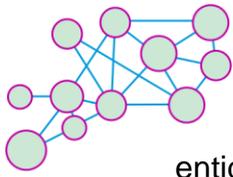
básica da rede pública de Lucas do Rio Verde. De acordo com Paulo Freire (1996, p.43 -44). “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Assim como é impossível se conceber uma prática sem uma teoria é igualmente inconcebível pensar o inverso.

Para pensar a prática é necessário aprofundamento teórico. Sem desconsiderar de forma alguma a importância da prática é preciso, no entanto, ressaltar a importância da teoria não só para a reflexão sobre novas possibilidades do conhecimento como para a análise da própria prática. Sem uma formação teórica sólida é difícil ao educador fazer análise histórica e entender a profissão docente no contexto das relações sociais vigentes, além de definir o seu papel no desenvolvimento social.

Refletir sobre a prática com embasamento é a perspectiva das formações identificadas no âmbito do instituto como “Trilhas Formativas”, que ocorrerão na modalidade presencial, semipresencial e não presencial com definição de currículo mínimo semestral na dimensão integrativa, no sentido de cuidar de si, do outro e do meio, como expressões transversais e plurais que edificam uma nova composição de homem e sociedade.

Nesta condição o IFOP tem a função de, no contexto municipal fomentar uma educação problematizadora e transformadora, que forme sujeitos capazes de fazer uma leitura crítica da realidade, garantindo respeito à diferença, seja de gênero, religião, raça, etnia e classe social para a mudança da realidade educacional. Acenada historicamente, pelo grupo de trabalho, estruturado em uma metodologia qualitativa, o instituto se torna uma concretização pública a partir da representação de





entidades que, em comunhão, se preocupam com a realidade local e com a transformação da mesma.

Com o desafio de ter em pauta a possibilidade de investir na leitura e na escuta da constituição e fortalecimento da identidade profissional do educador, tecido nas palavras de Milton Santos (1998, p. 15) que “[...] o trabalho do educador, do professor tornado educador, seja o trabalho de interpretação do mundo, para que um dia este mundo não nos trate mais como objetos e para que sejamos povoadores do mundo como homens [...]”, sublinhamos a implantação do IFOP como marco operatório na construção de um espaço/tempo educacional diferenciado para toda a rede educacional, onde os sentidos do fazer pedagógicos perpassem todos os campos sensíveis que correspondem a vida dos educadores, entre eles, suas escolhas e caminhos percorridos.

13.4 MISSÃO

Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, a inovação, a qualidade dos processos educacionais e o desenvolvimento de excelência dos serviços prestados no contexto do município de Lucas do Rio Verde.

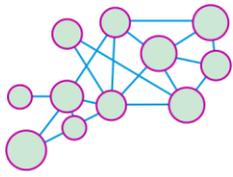
13.5 VISÃO

Ser referência na formação dos profissionais da educação com foco na relação sujeito-ambiente-tecnologia.

13.6 VALORES

Ética, Profissionalidade, Cooperação, Solidariedade, Respeito à Diversidade, Cidadania.





13.7 PROPÓSITOS INSTITUCIONAIS

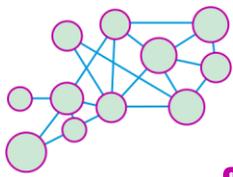
13.8 PROPÓSITOS DE ABRANGÊNCIA

- a) Implementar ações de profissionalização e qualificação, visando elevar o padrão dos serviços ofertados pela rede de educação pública municipal à comunidade local.
- b) Ampliar e diversificar o atendimento aos educadores da rede pública de educação por meio da oferta de ateliers pedagógicos, denominados “Trilhas Formativas”, com o suporte das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e ênfase na interatividade.
- c) Tornar-se referência no atendimento à formação com mediação tecnológica integrado a ambientes virtuais de aprendizagem.

13.9 PROPÓSITOS ESPECÍFICOS:

- a) Desenvolver o aprimoramento das competências e habilidades inerentes as praticas investigativas do cotidiano profissional.
- b) Contribuir para o desenvolvimento profissional e para a vivência cidadã.
- c) Qualificar os profissionais para o desenvolvimento das ações de seu ofício.
- d) Construir conhecimentos científicos e técnicos, necessários ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, qualificando para o exercício de atividades de forma articulada com a função da educação e da escola.
- e) Desenvolver conhecimentos acerca do trabalho docente e sua relação com o mundo do trabalho.
- f) Compreender a organização dos trabalhos realizados na educação com diferentes teorias educacionais e pedagógicas visando a transformação da realidade social.





g) Utilizar as tecnologias de informação e da comunicação, bem como a construção de metodologias, estratégias e materiais de apoio com vistas à inovação do processo educacional.

h) Respeitar a diversidade de idade, sexo, gênero, cultura e crenças presentes nos espaços/tempos de formação sistêmica.

i) Desenvolver relações cooperativas e colaborativas, que possibilitem a participação no planejamento e execução de projetos que favoreçam a edificação de um currículo emergente.

j) Permanecer no contexto formativo, obtendo com êxito os resultados na consolidação de cada Trilha Formativa.

k) Fortalecer a aprendizagem, a pesquisa e a extensão em suas práticas cotidianas de trabalho.

l) Comprometer-se com a escola pública de qualidade e com a democratização do uso crítico das tecnologias.

m) Comprometer-se com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética e com o respeito.

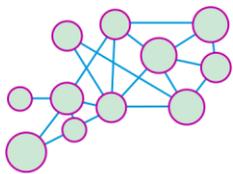
n) Defender em suas atitudes e concepções a construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo.

o) Assegurar o domínio dos conhecimentos técnicos, científicos, pedagógicos e específicos pertinentes à área de atuação profissional.

p) Valorizar os locais de trabalho como comunidades de aprendizagem focadas no desenvolvimento humano.

q) Elevar a qualidade, a eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados à comunidade.





APLICAÇÃO(EXTENSÃO)

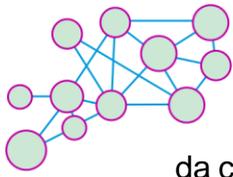
O IFOP como *lócus* de desenvolvimento profissional suscita a produção de conhecimento subsidiando a busca pelo aprimoramento constante e qualificação e, neste sentido, oferece alternativas que permitem aos profissionais se qualificarem conforme os seus interesses e necessidades, e entenderem que: a formação continuada é um dos fatores que contribui para a elevação da qualidade do ensino, precisa estar pautada nos saberes sociais para então ser transformados em saberes escolares, isto é em saberes adaptados às formas e aos objetivos do ensino (TARDIF, 2014. p. 295-296).

Com esta premissa as políticas institucionais de Aprendizagem, Investigação e Aplicação/Extensão desenvolvidas no âmbito dos processos formativos estão em consonância com as políticas constantes do DRC do Município, a qual converge e contempla as necessidades de uma formação sistêmica.

Neste sentido, o currículo de cada processo formativo, reconhecido como TRILHAS FORMATIVAS, é fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no Projeto Político Pedagógico Institucional e norteadas pelos princípios da estética, cooperação, sensibilidade, igualdade, ética, equidade, identidade, interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade e educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir da imbricação procedimental e conceitual das concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

Na perspectiva de organizar-se melhor para alcançar os objetivos da rede municipal de educação, dentre os quais o de formar pessoas para o pleno exercício



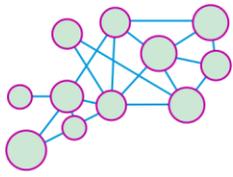


da cidadania, faz-se emergente o entendimento da complexidade do fazer pedagógico e do ambiente escolar como produtor de saberes e, por conseguinte, da formação para o exercício.

Para contribuir com os fazeres na escola o designer dos processos formativos, abrange a tríade: Atividades de aprendizagem, ações de investigação (pesquisa) e ações de aplicação (extensão).

ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM	AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO(PESQUISA)	AÇÕES DE APLICAÇÃO/EXTENSÃO
Realizadas a partir do currículo do atelier _trilha formativa, com vistas ao aprofundamento conceitual.	Se caracterizam como investigação, no espaço de atuação, objetivando a produção, a inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artístico-culturais e desportivos.	As ações de aplicação constituem um processo educativo, científico, artístico-cultural e desportivo que se articula aos demais indicadores de forma indissociável, com o objetivo de intensificar uma relação transformadora entre a realidades das escolas e a sociedade.





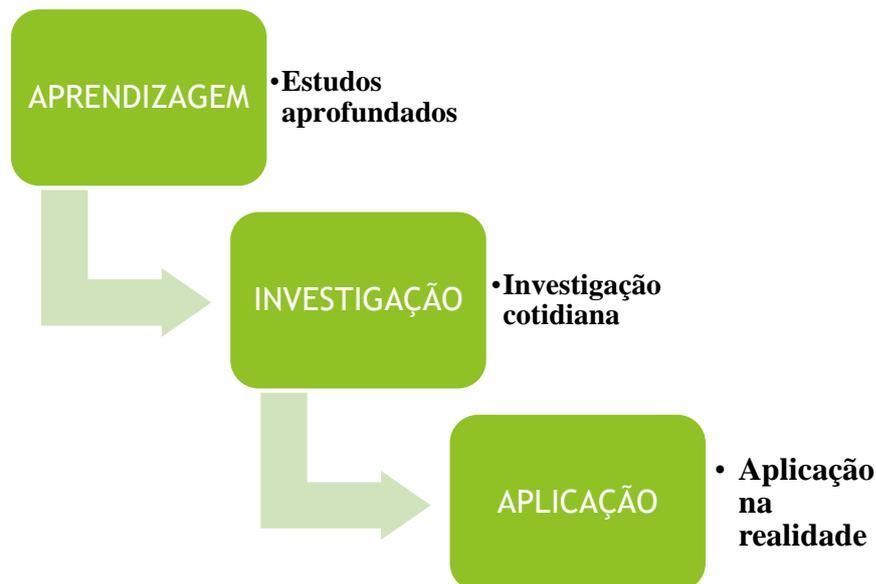
15 ARQUITETURA DO PROCESSO FORMATIVO

15.1 DO LEVANTAMENTO DAS DEMANDAS

O levantamento das demandas é realizado através de consulta pública via trabalho da Gestão Escolar, formulários eletrônicos e também com base em estudos acerca do perfil dos profissionais, quanto as suas titulações, ofícios e áreas de atuação.

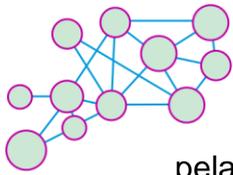
15.2 DAS LINHAS DE AÇÃO

A atividade formativa acontecerá mediante cronograma aprovado pela gestão do instituto, com tempo de 4h de estudos aprofundados quinzenalmente e terá um formador/mediador responsável pelos ATELIERS que correspondem as TRILHAS FORMATIVAS. As trilhas formativas possuem um mapa de percurso, sendo:



Cada Trilha Formativa totalizará no mínimo 80 horas, sendo consolidado com um momento integrador, denominado SINERGIA PEDAGÓGICA _ “CONEXÕES COM DIFERENTES TRILHAS FORMATIVAS”. As Trilhas Formativas são intituladas





pelas áreas de atuação na Educação Básica, conforme indicação no item 2.4 e, são desenvolvidas através de um designer de “Ateliers Pedagógicos”, correspondendo no mínimo, 8 ateliers por trilha.

Os Ateliers prezam pela qualidade do pertencimento, da autoria, da construção de significativos momentos de partilha e aprendizagem, pelas vivências relacionais e teóricas, conforme caminho formativo (Plano de trabalho/Caderno Temático).

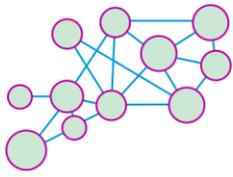
15.3 ATENDIMENTO PEDAGÓGICO

O atendimento pedagógico oferecido no IFOP se constitui em dois processos, sendo: Primeiro, de origem metodológica, a partir da realidade cotidiana (diagnóstico da turma, situações metodológicas) e, o segundo, de origem pedagógica acadêmica (organização de planejamento, construção de mapa de aperfeiçoamento pessoal/profissional). O atendimento pedagógico será oferecido em duas modalidades, de acordo com o interesse/necessidade dos educadores. Uma modalidade é coletiva (Ex: Grupo de educadores da mesma área de atuação) e a outra, de cunho pessoal/profissional, conforme programação publicada pelo instituto.

15.4 ATENDIMENTO PSICOLÓGICO E SOCIAL

O IFOP também oferece atendimento às necessidades psicológicas e sociais dos educadores, prezando pela ética do sigilo, pelo respeito aos momentos de vida e partilhas realizadas. Para este atendimento, o instituto contará com as parcerias existentes entre a secretaria Municipal de Educação e outras organizações.





15.5 DOS ATELIERS INTEGRADORES DAS TRILHAS FORMATIVAS

“A formação passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico ... A formação passa por processos de investigação, diretamente articulados com as práticas educativas”. Nóvoa,(1992)

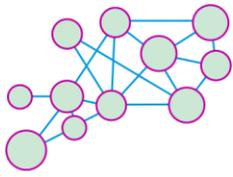
Denominamos trilhas formativas o conjunto de ateliers pedagógicos desenvolvidos em cada área, conforme discriminado no item 2.4. Eles se constituem em momentos pedagógicos formativos, de leitura e releitura, de reflexão e ação.

Cada atelier gera um eixo temático de diálogo e, implica uma ação de responsabilidade prática dos educadores, reportando em uma intervenção no cotidiano de trabalho, preferencialmente, com aplicação ao público com o qual atua. Para a efetividade dos eixos temáticos, os ateliers terão uma homologia de processos e, deverão ser respeitados em sua inteireza, uma vez que o IFOP defende uma formação humanística, pautada na necessidade de formar educadores ao mais alto nível, o que lhes permitirá uma atitude de reflexão permanente e atuar como experimentadores.

Cada atelier proporcionará aos educadores participarem na construção do seu conhecimento científico e pedagógico, na utilização desse conhecimento para a resolução de problemas na/da prática, onde a atitude e atividade experimental caracteriza:

- a) Preparação fundamentada em atitudes que caracterizam o bom educador.
- b) Preparação fundamentada sobre as maneiras de mediar o processo de aprendizagem.
- c) Preparação fundamentada nas competências de ser-saber-fazer.





15.5.1. Metodologia dos Ateliers:

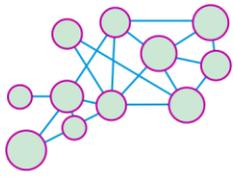
A metodologia de formação está baseada nos pressupostos fundamentais(homologia):

- a)** Reconhecimento do pertencimento dos integrantes da célula formativa (check in).
- b)** Conhecimento e análise dos saberes constituintes dos educadores sobre os objetos de conhecimento em pauta.
- c)** Tematização da prática pedagógica e profissional.
- d)** Intercâmbio experiencial dos educadores (relação com a prática cotidiana).
- e)** Discussão das necessidades e dificuldades que são enfrentadas no trabalho cotidiano.
- f)** Estudo de referenciais teóricos que favoreçam a compreensão dos processos de aprendizagem.
- g)** Reconhecimento dos desafios de aplicação (atividade de experimentação/aplicação).
- h)** Avaliação da etapa (Checkout).

15.5.2. Competências potencializadas

- a)** Valores inspiradores de sociedade democrática.
- b)** Adoção de postura ética e democrática: dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade.





c) Realizar ações metodológicas e didáticas pautadas em valores democráticos e em pressupostos epistemológicos coerentes.

d) Reconhecer e respeitar a diversidade manifestada na realidade, em seus aspectos sociais, culturais e físicos, detectando e combatendo todas as formas de discriminação

e) Zelar pela dignidade profissional e pela qualidade do trabalho escolar sob sua responsabilidade.

I. Função social da Escola.

a) Compreender o processo de sociabilidade dos sujeitos e de aprendizagem;

b) Participar coletiva e cooperativamente da elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto político pedagógico da escola;

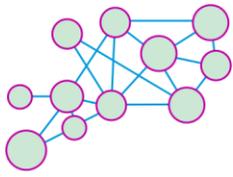
c) Promover uma prática educativa que leve em conta as características das crianças/adolescentes e de seu meio social, seus temas e necessidades do mundo contemporâneo e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular;

d) Estabelecer relações de parceria e colaboração com familiares, de modo a promover sua participação na comunidade escolar

II. Saberes básicos de atuação cotidiana

a) Conhecer e dominar os conceitos básicos relacionados ao objeto de atividade cotidiana.



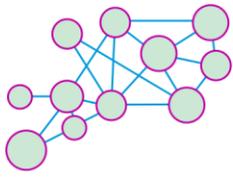


- b) Relacionar os objetos de atividade cotidiana com: (a) fatos, tendências, fenômenos ou movimentos da atualidade; (b) os fatos significativos da vida pessoal, social das crianças/adolescentes.
- c) Compartilhar saberes com educadores de diferentes áreas de atuação e conhecimento e articular em seu trabalho as contribuições dessas áreas;
- d) Ser proficiente no uso da Língua Portuguesa e de conhecimentos Matemáticos nas atividades que correspondem os fazeres interdisciplinares;
- e) Fazer uso dos recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a aumentar as possibilidades de aprendizagem.

III. Saberes pedagógicos

- a) Criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento de todas as crianças/adolescentes;
- b) Utilizar modos diferentes e flexíveis de organização do tempo, do espaço e de agrupamento, favorecendo e enriquecendo o processo de desenvolvimento de aprendizagem;
- c) Utilização de estratégias pedagógicas que correspondam a abordagem ativa de aprendizagem;
- d) Identificar, analisar e produzir materiais e recursos para utilização didática, diversificando as possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações;
- e) Gerir a turma, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de autoconfiança com as crianças/adolescentes;
- f) Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável de sua autoridade;





Cada Trilha Formativa, dinamizada através de seus ateliers desejam que seus integrantes vivenciem o gosto pela aprendizagem e aperfeiçoamento do olhar, pela sistematização, socialização e reflexão sobre a prática, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional. Neste sentido, cada formador acompanha o percurso dos integrantes de seu grupo, intervindo quando necessário nos processos pessoais de responsabilidade para com a qualidade do trabalho desenvolvido.

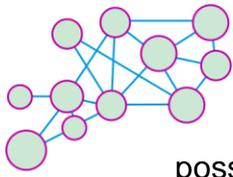
15.6 DOS FORMADORES

O educador ou o coordenador de um grupo é como um maestro que rege uma orquestra. Da coordenação sintonizada com cada diferente instrumento, ele rege a música de todos. O maestro sabe e conhece o conteúdo das partituras de cada instrumento e o que cada um pode oferecer. A sintonia de cada um com o outro, a sintonia de cada um com o maestro, a sintonia do maestro com cada um e com todos é o que possibilita a execução da peça pedagógica. Essa é a arte de reger as diferenças, socializando os saberes individuais na construção do conhecimento generalizável e para a construção do processo democrático. (FREIRE, 1997)

No processo de atuação pedagógica no IFOP o papel do formador é o de mediador dos saberes, sendo fundamental o seu compromisso e envolvimento. Neste sentido, interação e diálogo são fundamentais no trabalho realizado pela equipe formadora.

Reconhecendo que a construção de uma educação de qualidade passa, dentre vários fatores, por uma boa formação dos educadores e de que sobre estes recaem exigências diversas e complexas e sobre os formadores dos educadores a responsabilidade ainda maior, de criar sentido para que os integrantes de cada atelier





possam ver relevância nas situações de aprendizagem, faz sentido e necessário que o formador:

- a) Observe o desenvolvimento de cada educador e do grupo, a fim de decidir qual a melhor intervenção, avaliando também a sua própria ação educativa no contexto da Trilha Formativa.
- b) Planifique as intervenções em função do grupo e de cada integrante da célula formativa;
- c) Execute o plano de trabalho, assumindo a responsabilidade diante dos desafios de cada célula formativa;
- d) Avalie o feedback, reorientando as ações.

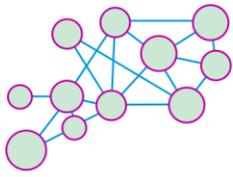
O formador tem como um dos instrumentos de trabalho o caderno formativo e, ao final de cada encontro deverá organizar o registro (documentação pedagógica), denominado de Formulário de Registro de Acompanhamento de Célula Formativa.

O papel do formador se traduz no saber, saber-fazer, sentir, ser em experiências e valores vividos e a viver pela profissão que escolheu. Seu trabalho está essencialmente baseado no ato de educar, tomado como comportamento cotidiano as competências, orientações e valores implicados em seu itinerário acadêmico e profissional.

O formador é um ator social em grupos sociais, um ser de comunicação e sua mediação em cada atelier precisa considerar três aspectos, como expectativas de desenvolvimento dos integrantes, sendo elas:

- a) formação intelectual, onde a tônica são as competências de ordem cognitiva.





b) formação social, cujo foco está na aquisição das competências de ordem afetiva, de colaboração, de cooperação e de trabalho em equipe.

c) formação para a autoanálise e autoformação, visando as qualidades de organização, estruturação, investigação, comunicação e de criatividade.

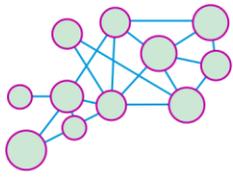
No bojo destes aspectos e, integrado aos caminhos defendidos pelo IFOP, o formador é aquele que, com todo o seu empenho, vontade, arte e competência, trabalha na realização de um projeto educativo com a ajuda daqueles que também estão implicados (outros formadores e parceiros) e aproveita os recursos materiais ou tecnológicos e humanos susceptíveis de tornar o processo pedagógico otimizador e exitoso.

15.7 DOS ESPAÇOS/TEMPOS E SUAS MEMÓRIAS

Cada atelier é registrado pelo formador, munindo-se de depoimentos, fotos, vídeos, relatos, produções coletivas e pessoais dos integrantes, legitimando a Documentação Pedagógica do momento e, de forma integrada, da Trilha Formativa. Enfatiza-se a necessidade de desenvolver o registro de cada atelier.

Além do formador registrar o desenvolvimento de cada atelier, é imprescindível que cada participante tenha seu caderno de registro, sendo este um espelho do processo de desenvolvimento profissional do professor, pois possibilita que ele entenda melhor as próprias concepções e práticas, identifique e analise o percurso pessoal de formação e tome consciência dos avanços e dificuldades da própria produção escrita e o mesmo deve ser produzido na construção e consolidação de cada atelier.





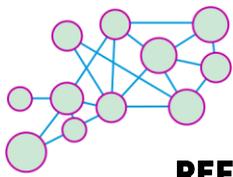
15.8 DA AVALIAÇÃO

A avaliação proposta em cada atelier que integra a Trilha Formativa é processual e está centrada no desenvolvimento das competências que se es

pera que os educadores desenvolvam. Isso significa que o formador deve acompanhar sistematicamente o progresso pessoal dos educadores, como também o processo coletivo de aprendizagem de sua célula formativa.

É fundamental que os educadores entendam a avaliação como uma situação de aprendizagem que integra seu processo de formação e, para que a compreensão seja reconhecida, é imprescindível que o formador esclareça à célula formativa que a avaliação não está voltada para a classificação, nem tampouco para a mensuração, ou a obtenção de uma nota ou conceito ao final da Trilha Formativa, mas como análise focal, necessária para que os integrantes contatem o quanto conseguiram transformar em conhecimento próprio as informações com as quais tiveram contato durante os ateliers.





REFERENCIAS

ABRUCIO, Fernando L. **Os desafios da gestão pública brasileira para o século 21: da experiência internacional aos eixos estratégicos da reforma.** In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Brasil). ENAP 20 anos: caminhos de uma escola de governo. Cadernos ENAP, ed. Especial, 2006.

ARROYO, M. G. Reinventar e formar o profissional da educação básica. In: BICUDO, M. A., SILVA JUNIOR, C. (Orgs.). Formação do Educador. v. 1, São Paulo: UNESP, 1996, p. 47-67.

BITTENCOURT, Maryângela A.; ZOUAIN, Deborah M. **Escolas de Governo e a profissionalização do servidor público:** estudo dos casos da Escola de Serviço.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014. [Edição extra – seção 1].

BRASIL. MEC/CNE/CP. Parecer nº 009, de 08 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília/DF, 08/05/2001.

BRASIL. Lei 9.394, de 1996. Regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1996.

_____. Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas. Ministério da Educação, governo Federal, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.328, de 23 de setembro de 2011. Brasília: MEC, 2011. Disponível em Acesso: janeiro 2012. _____. Portaria nº 1.087, 10 de agosto de 2011. Brasília: MEC, 2011. Disponível em Acesso: janeiro 2012.

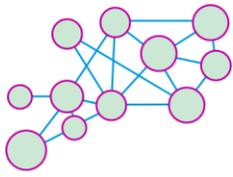
_____. CONAE 2010. Conferência Nacional de Educação. Construindo o Sistema Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Brasília: MEC, 2010. _____. Resolução nº 13, de 20 de Maio de 2010. Brasília: MEC, 2010. Disponível em Acesso: janeiro 2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996

CANEN, Ana. Competência Pedagógica e Pluralidade Cultural: eixo na formação de professores. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.102, p.89-107, nov.1997^a.

_____. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.111, p.135-149, dez. 2000c.





_____. Multiculturalismo e formação docente: experiências narradas. In: *ANPED*, 22ª Reunião Anual, 1999b, Caxambu.

Documento de Referência da Educação de Lucas do Rio Verde

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989b.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988ª.

PERRENOUD, Philippe. *Dez Novas Competências para Ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000b.

_____. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999ª.

PIMENTA, Selma G. (coord). *Pedagogia, ciência da educação*. São Paulo: Cortez, 2001c.

_____. (org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2000b.

CANDAU, V. M. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. (Orgs.). *Formação de professores: tendências atuais*. São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

FERREIRA, N. S. C. Formação continuada e gestão da educação na “cultura globalizada”. In: FERREIRA, N. S. C. *Formação continuada e gestão da educação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999. _____. Paulo. *Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

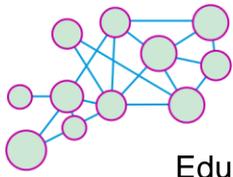
GASPARIN, J. L. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

GOLDSTEIN, Ilana. **Responsabilidade Social**: das grandes corporações ao terceiro setor, São Paulo: Ática, 2007.

KUENZER, A. Z. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 20, n. 68, p.163-183, dez. 1999.

MAGALHÃES, L. K. C. *Formação e trabalho docente: os sentidos atribuídos às tecnologias da informação e da comunicação*. 2008. 275f. Tese Doutorado em





Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

OLIVEIRA, D. A. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. Educ. Soc., v. 28, n. 99, p. 355-375. Campinas, 2007.

OLIVEIRA, D. M. As diretrizes técnicas e ético-políticas dos organismos internacionais para a formação de professores. In: ANDRADE, J., PAIVA, L. (Orgs.). As políticas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. p. 90-107.

SOUZA, H. J. de. Como se faz análise de conjuntura. 13.ed. Petrópolis : Vozes, 1993.

Site do MEC. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf> Acesso em 02/12/2020.

Site da Câmara dos Deputados. Disponível em:
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6300-12-dezembro-2007-566380-norma-pe.html>> Acesso em 02/12/2020.

